

Biodiversidade, sustento e culturas 70

Outubro de 2011

Conteúdo

O leite nas mãos do povo

Alimentos e mudança climática: o elo esquecido

Mudança climática e cultivos ecológicos

GRAIN e o Prêmio Nobel Alternativo

Hortas urbanas e a crise alimentar global

Uma panorâmica e muitas vistas

Histórias de leite

Ataques, políticas, resistência, relatos

Estamos a caminho de um novo ciclo de revoltas relacionadas com a alimentação? / Cali, Colômbia: Declaração do Congresso de Terras, Territórios e Soberanias / Um duvidoso Projeto de Implementação de um Marco Nacional de Biossegurança para a Costa Rica / Iniciou-se um juízo ético das transnacionais na Argentina / Pela defesa das sementes na Colômbia / “O império da lei contra o império da justiça”

© Copyleft. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo original

Editorial



Foto: Tania Barberán

As pessoas da foto acima, em Borotalpada, Índia (assim como milhões de pessoas nos âmbitos rurais de todo o mundo que semeiam, colhem, coletam, mantêm animais domésticos para produzir laticínios ou ter carne fresca, que pescam, pastoreiam ou caçam), continuam fazendo o que, geração após geração, foi dito que era fundamental fazer para manter pulsando os ritmos da vida e abertas as possibilidades de futuro.

E parece que ninguém se dá conta. É difícil reunir números a respeito das atividades produtivas do campesinato ou simplesmente de sua existência. As próprias definições nos desviam do que buscamos: agricultores, produtores em pequena escala, “chacareiros”, “criadores de gado”, “fazendeiros”, “parceiros”. Nos censos, os indígenas e os camponeses estão subestimados ou ficam escondidos nas categorizações acadêmicas ou políticas que não os representam. Entretanto, são pelo menos 1,5 bilhão de pessoas (no cenário mais modesto e mais conservador), que produzem seus próprios alimentos, e guardam e trocam suas sementes nativas desde tempos imemoriais.

Afirma-se, também, que entre 70 e 85% dos alimentos produzidos são consumidos na própria região ecológica, por fora do chamado “sistema alimentar mundial”, o que significa que o mundo se alimenta desse campesinato independente. A soma de todos aqueles que produzem seus próprios alimentos de forma independente pode chegar aos 3 bilhões se forem incluídos camponeses cultivadores (muitos deles indígenas), pastores (sedentários e nômades), produtores pecuaristas camponeses, caçadores, pescadores artesanais e coletores, incluindo os de sistemas aquáticos. A contagem é difícil porque várias dessas atividades são executadas simultaneamente pelo mesmo núcleo de pessoas, famílias ou comunidades, em temporadas distintas e sem que essas atividades cotidianas ancestrais sejam muito visíveis.

Poderiam ser ainda incluídas 800 milhões de pessoas que se diz que cultivam seus próprios alimentos nas cidades (em terraços, quintais, hortas comunitárias e terrenos comunitários urbanos)? Novamente a conta é difusa porque muitos vão e vêm entre o campo e a cidade.

A questão é que esse enorme grupo de pessoas e comunidades é, em grande parte, quem alimenta o mundo apesar da pouca terra que dispõem (por isso é necessário, em nível mundial, ter uma urgente reforma agrária integral e dar um basta à grilagem legal corporativa de terras). Por que, então, esta não parece ser a percepção geral? Por que as políticas públicas internacionais e nacionais, as grandes iniciativas como a Revolução Verde e, agora, a AGRA, empenham-se em desacreditar os camponeses, e criminalizar suas sementes nativas e seus saberes, com leis nefastas que atentam contra 10 mil anos de agricultura camponesa?

A razão principal é que para o sistema alimentar mundial é indispensável “acabar com a produção independente de alimentos, acabar com as sementes independentes, com as sementes não controladas pelas grandes corporações”, acabar com a possibilidade de autonomia das comunidades camponesas. Mas não são só as sementes. O leite, por exemplo, é um alimento crucial para fortalecer qualquer soberania alimentar que não descuide a integralidade da alimentação, principalmente porque, apesar de tudo, como mamíferos que somos, o leite foi nosso alimento inicial e a amamentação é, ainda, uma fonte fundamental de alimentos para um segmento sempre crescente da humanidade. Um documento do GRAIN e histórias de leite que surgem de todos os lados nos dão um panorama diferente daquele que as grandes corporações leiteiras querem nos impor.

Acabar com a produção independente implica colocar em operação leis e políticas nocivas e uma capacidade de controle que não é tão fácil de implementar quando são muitos milhões de pessoas empenhadas em não pedir permissão a ninguém para serem quem são e para produzirem alimentos de forma independente, resistindo à margem do sistema. Camila Montecinos, do GRAIN, diz: “Se a comida que produzem os povos camponeses e indígenas fosse marginal, não seriam necessárias leis, deixariam que as comunidades camponesas e indígenas morressem por sua própria conta. A intensidade do ataque tem a ver com a importância do que as comunidades indígenas e camponesas ainda mantêm em suas mãos”.

Enquanto as pessoas continuam exercendo sua vida como sempre, para manterem um âmbito de permanência e uma certeza de que podem transformar sua realidade, as crises financeira, energética, ambiental, climática, tecnológica, jurídica e alimentar se potencializam umas às outras. As grandes corporações posicionam-se em todos os segmentos da cadeia alimentar e estabelecem um chamado “sistema alimentar global”: apossam-se de terras e sementes, fabricam insumos, impõem sementes transgênicas, colhem, cultivam, armazenam, processam, transportam, transformam e refrigeram e, finalmente, comercializam no varejo alimentos embalados ou prontos para servir. Em nível oficial nos dizem, com arrogância, que pela primeira vez mais da metade do mundo vive nas cidades e logo, com a ajuda de organismos internacionais, haverá 75% de urbanos.

Num momento assim, e quando os falsos remédios procuram perpetuar a possibilidade das grandes corporações continuarem fazendo negócios aconteça o que acontecer, temos que

insistir que esse sistema agroalimentar industrial global é o responsável por 45 a 57% das emissões de gases de efeito estufa. Neste número de *Biodiversidade, sustento e culturas* detalhamos os estudos que demonstram que o sistema agroalimentar industrial global segue adiante sem se importar que esteja arrasando a vida do Planeta.

Mas todo esse saber que se acumula, coincide com um momento mundial em que as pessoas, indignadas, vão às ruas para que ninguém volte a nos enganar, e as resistências crescem em todas as partes.

Nesse panorama, o Juízo Ético às Transnacionais na Argentina, e o apelo a tribunais de consciência autogestionados como o Tribunal Permanente dos Povos abrem um caminho que exige presença: é urgente reconstituir os sujeitos políticos, quer dizer, propiciar o renascimento de uma nova consciência social que recupere a responsabilidade como o centro de suas ações, que repense o direito, e busque que o Estado não seja quem imponha as leis, mas quem, respondendo ao mandato do povo que se reconfigura e se redefine, faça valer a vontade de uma população insatisfeita que tem, cada vez mais, clareza do que quer como futuro e como presente imediato. BIODIVERSIDADE

□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

O leite nas mãos do povo*

GRAIN

O leite é crucial para o sustento e a saúde das pessoas. A cadeia leiteira popular, independente, é abastecida por vendedores varejistas que pegam leite com camponeses, donos de alguns animais. Esses sistemas de “leite popular” concorrem diretamente com as ambições das grandes companhias de laticínios, como a Nestlé e outras, que querem se apoderar de toda a cadeia leiteira – dos estábulos aos mercados.

O leite popular

Bem cedo na manhã de qualquer dia, antes que a maioria das pessoas saia da cama, na Colômbia, cerca de 50 mil vendedores de leite atravessam as ruas das cidades do país. Esses “jarreadores” [de jarra], como são chamados, se deslocam de moto, com grandes tarros de leite que coletam em alguns dos milhões de locais produtores no campo colombiano.

Distribuirão diariamente 40 milhões de litros de leite fresco a um preço acessível a cerca de 20 milhões de colombianos que, depois, irão fervê-lo ligeiramente e assim garantir sua assepsia. Talvez não haja uma fonte de sustento, nutrição e dignidade tão importante na Colômbia como o que passou a ser chamada a cadeia leiteira popular, o *leite popular*.

Os *jarreadores* protestaram juntamente com os camponeses, os processadores de laticínios em pequena escala e os consumidores contra as repetidas tentativas do governo colombiano para destruir a *cadeia leiteira popular* ou *leite popular*.

Em 2006, o governo do presidente Uribe editou o Decreto 616 que proibia o consumo, a venda e o transporte de leite não pasteurizado, o que tornava ilegal o *leite popular*. O decreto desencadeou enormes protestos por todo o país que forçaram o governo a adiar a adoção da norma. A oposição popular não se apagou e, dois ou três anos depois, mais de 15 mil pessoas marcharam por Bogotá. O governo se viu forçado a protelar a questão por outros dois anos.

O Decreto 616 não foi a única ameaça contra o leite popular. Apesar da Colômbia ser auto-suficiente em leite, os tratados de livre comércio, em negociação com alguns países exportadores de laticínios, poderiam anular proteções chave para o setor, tornando-o vulnerável às importações de leite em pó barato – principalmente da União Europeia, onde a produção leiteira conta com fortes subsídios. Nas palavras de Aurelio Suárez, diretor executivo da Associação Nacional pela Salvação Agropecuária, um tratado de livre comércio com a UE seria uma “verdadeira hecatombe” para o setor leiteiro da Colômbia.

Em 2010, houve outra tentativa de avançar uma legislação proibindo o *leite popular*, e os opositores uniram-se contra os tratados de livre comércio propostos. Houve mobilizações maciças que não deixaram ao governo outra opção senão adiar a legislação para março de 2011, quando houve uma nova onda de manifestações e o governo teve que reconhecer sua

derrota. Em maio de 2011, foi promulgado o Decreto 1880, que reconhece que o *leite popular* é legal e essencial.

Essa impressionante série de vitórias para a chamada *cadeia leiteira popular* na Colômbia é algo que pode inspirar muitas lutas semelhantes que travam em outras partes do mundo aqueles que produzem e vendem laticínios em pequena escala. A batalha, entretanto, não terminou. Foi aprovado um tratado de livre comércio com os Estados Unidos e recém foram concluídas as negociações sobre um tratado com a União Europeia. Mas o setor leiteiro está agora no coração da resistência popular contra esses arranjos e, aconteça o que acontecer, é claro que o *leite popular* [ou *cadeia leiteira popular*] estará presente quando o povo colombiano consiga quebrar as políticas do governo e apresente um novo caminho de transformação social.

Porcentagem de mercados nacionais de leite que não são operados pelo setor leiteiro formal

Todos os países em desenvolvimento	Argentina	Bangladesh	Brasil	Colômbia	Índia	Quênia
80	15	97	40	83	85	86

México	Paquistão	Paraguai	Ruanda	Sri Lanka	Uganda	Uruguai	Zâmbia
41	96	70	96	53	70	60*	78

A luta é contra uma forte tendência global. Os laticínios, como outros alimentos e setores da agricultura, sofreram severas consolidações durante as últimas décadas. Hoje, algumas multinacionais, como Nestlé e Danone, vendem seus laticínios em qualquer lugar do Planeta. E a consolidação ocorre também nos estabelecimentos produtores. Crescem os rebanhos leiteiros e as novas tecnologias extraem mais e mais leite de cada vaca. Além disso, o setor financeiro injeta dinheiro novo no negócio dos laticínios, buscando uma fatia dos lucros.

Mas em quase todo o mundo, o setor leiteiro continua, em grande parte, nas mãos do que o governo e a indústria chamam de “setor informal” – camponeses que vendem seu leite diretamente ou através de vendedores locais que vão longe na área rural para comprar leite dos pequenos produtores e o levam direto aos consumidores. Os dados disponíveis sugerem que a cadeia leiteira popular abarca mais de 80% do leite que é comercializado nos países em desenvolvimento, e 47% do total global.

Na Índia, o maior produtor de leite do mundo, o leite popular ainda abarca 85% do mercado nacional do leite. A “revolução branca”, que viu triplicar a produção de leite entre 1980 e 2006, foi fruto desse setor popular. Foram o campesinato da Índia e os mercados locais que levaram à maciça expansão da produção leiteira no país nesse período. Hoje, 70 milhões de estabelecimentos rurais na Índia mantêm animais leiteiros, e mais da metade do total de famílias rurais do país, além de mais da metade do leite que produzem (que é principalmente leite de búfala), vai para alimentar as pessoas de suas próprias comunidades, enquanto uma quarta parte é processada como queijo, iogurte e outros laticínios fabricados por esse “setor local não organizado”.

São muitas as contribuições do leite popular para a vida das pessoas no mundo todo. É uma fonte chave de nutrição – é um alimento de subsistência para aqueles que têm animais e um alimento que é possível comprar para aqueles que não os têm. O leite fresco popular tende a ser muito mais barato que o leite processado e embalado que as companhias vendem. Na Colômbia, seu preço é menos da metade do preço do leite pasteurizado e embalado que é vendido nos supermercados. O mesmo ocorre no Paquistão onde os *gawalas* (os vendedores ambulantes) vendem à população consumidora, pela metade do preço do leite embalado ou industrial, o leite fresco que coletam nos produtores rurais.

O leite popular oferece ao campesinato uma das poucas fontes de renda consistente e regular. Como o leite é perecível, também é uma importante fonte de receita para os vendedores varejistas que todos os dias vão buscá-lo junto aos camponeses para levá-lo aos consumidores que diariamente comprem leite, queijo, iogurte e outros laticínios frescos. Os costumes culturais comuns de aquecer o leite ou de fermentá-lo garantem que seja seguro consumi-lo.

As elites tratam com desdém o “setor informal” e consideram seus produtos como sem higiene e de má qualidade, e seu sistema é considerado ineficiente. Alguns, inclusive, queixam-se de que não paga impostos.

A verdade é que os produtores em pequena escala, os pastores e os camponeses sem terra, nos mostram que produzem suficiente leite para satisfazer as necessidades das pessoas, e os vendedores e processadores em pequena escala sabem muito bem como conseguir que o leite e outros laticínios cheguem em bom estado aos mercados. “O setor não organizado” pode fazer as coisas muito bem sem os grandes atores, quando não é minado com práticas desleais que reduzem o preço através de excedentes de leite ou perseguido com regulamentações injustas.

Diferenças entre a produção global de leite no Norte e no Sul Globais		
	Norte	Sul
Produção total de leite (2009)	362 milhões de toneladas	337 milhões de toneladas
% do mercado leiteiro operado pelo “setor informal”	<10%	80%
Número de vacas por estabelecimento	EUA =>100 Austrália = >100 França = >30 Japão = >30	Brasil= <30 Índia= <10 Quênia= <10 Turquia= <10
Empregos rurais por milhão de litros de leite/ano	5	200
Consumo de leite por pessoa (2007)	248 litros	68 litros
Custo da produção leiteira (dólares EUA /100kg)	Canadá =>60 Nova Zelândia=>30 Itália = >60	Uganda = <20 Paquistão =<30 Argentina = <30

Nos mercados onde já há tempo eram vendidos laticínios industrializados, o leite popular está retornando. Dos Estados Unidos à Nova Zelândia expandem-se os mercados para compras diretas de leite dos produtores, ou de leite orgânico ou cru, pois as pessoas buscam alimentos de melhor qualidade produzidos fora do sistema industrial. O campesinato também está farto do modelo dominante. A mudança para a produção intensiva os amarrava através dos altos custos e das dívidas: os preços do leite raramente cobrem os custos de produção. As comunidades rurais onde vivem esses camponeses estão fartas da poluição gerada pela presença crescente de megagrangas leiteiras. Há um movimento em favor de novos modelos de produção e distribuição que protejam os modos de vida dos camponeses e proporcionem aos consumidores alimentos de qualidade.

No entanto, o movimento em favor de um leite popular esbarra nas ambições dos que controlam a indústria global de laticínios, algo que no conjunto poderia ser chamado de “Os Grandes do Setor de Laticínios”. Num momento em que os mercados de laticínios no Norte já estão saturados, Os Grandes do Setor de Laticínios apontam suas baterias para os mercados abastecidos pelo leite popular. Essas corporações leiteiras e algumas elites abastadas tentam, juntas, reorganizar toda a cadeia de abastecimento, desde os estabelecimentos produtores, estábulos ou “tambos”, até os mercados.

Os Grandes do Setor de Laticínios

O controle corporativo sobre o abastecimento mundial de leite acelerou-se nos últimos anos com a globalização da indústria. As 20 maiores companhias de laticínios controlam, hoje, mais da metade do mercado global de laticínios (“organizado”) e processam um quarto da produção global de leite. Somente uma companhia, a Nestlé, controla cerca de 5% do mercado global, com vendas na ordem de 25,9 bilhões de dólares em 2009.

A Nestlé não é uma produtora de leite. Compra-o diretamente dos produtores e das abastecedoras para processá-lo e fabricar muitos tipos de produtos. A maior parte das outras vinte principais companhias são também processadoras ainda que, da mesma forma que a Nestlé, algumas começam a operar seus próprios estabelecimentos leiteiros.

As 20 principais corporações de laticínios			
Classificação	Nome	País	Vendas de laticínios em bilhões de dólares, 2009
1	Nestlé	Suíça	25,90
2	Danone	França	14,79
3	Lactalis*	França	12,68
4	FrieslandCampina	Países Baixos	11,17
5	Fonterra	Nova Zelândia	10,20
6	Dean Foods	EUA	9,74
7	Arla Foods	Dinamarca/Suécia	8,64
8	Dairy Farmers of America**	EUA	8,10
9	Kraft Foods	EUA	6,79
10	Unilever	Holanda/Reino Unido	6,38
11	Meiji Dairies	Japão	5,13
12	Saputo	Canadá	4,97
13	Parmalat*	Itália	4,93
14	Morinaga Milk Industry	Japão	4,81
15	Bongrain	França	4,57
16	Mengniu	China	3,77
17	Yili	China	3,54
18	Land O'Lakes	EUA	3,21
19	Bel	França	3,10
20	Tine	Noruega	3,02

*No dia 7 de julho de 2011, a Lactalis aumentou sua participação na Parmalat para mais de 50% e tornou-se a segunda maior companhia de laticínios do mundo.

**Com a venda da National Dairy ao Grupo Lala (México) em 2009, a posição da Dairy Farmers of America com certeza cairá, enquanto o Grupo Lala entrará entre os 20 principais, com vendas de cerca de 5 bilhões de dólares. Fonte: Rabobank

Nos últimos anos, todos os grandes atores da indústria de laticínios têm lutado agressivamente para se expandir para além dos saturados mercados de laticínios do Norte e conquistar os crescentes mercados do Sul. Andaram comprando os principais atores nacionais ou investindo em suas próprias unidades de produção. A Nestlé disse que cerca de 36% de suas vendas totais vêm, agora, dos mercados emergentes. Espera que para 2020 sua participação cresça para 45% e planeja duplicar suas receitas na África a cada três anos.

As esperanças que as corporações colocam nos mercados emergentes baseiam-se, em grande parte, nas projeções de uma crescente classe média no Sul que consumirá mais laticínios e os comprará em supermercados ou cadeias de alimentos que se expandem com rapidez. Os supermercados, como Walmart e Carrefour, estão fechados ao leite popular, da mesma forma que cadeias de restaurantes como McDonald's e Starbucks. É simplesmente impossível para a cadeia leiteira popular cumprir com os padrões privados e com as políticas de aplicação das normas fixadas por essas companhias. No Chile, por exemplo, os supermercados insistem junto a seus fornecedores de queijo com prazos de pagamento de 4 a 5 meses, algo que poucos fabricantes de queijo em pequena escala podem aguentar. Assim, ao se consumir mais laticínios através dessas cadeias industriais menos se consome através dos mercados de leite popular. São as corporações as que mais desalojam fornecedores porque elas têm a possibilidade de cumprir com os critérios e as políticas de aplicação das normas fixadas pelos gigantes que vendem a varejo.

As margens podem ser mínimas, mas o mercado global é bastante significativo. As companhias transnacionais de laticínios estão fazendo um grande esforço para desenvolver produtos e estratégias de comercialização dirigidos aos consumidores de baixa renda. Como essas pessoas atualmente consomem principalmente leite popular, fresco, direto dos tambos, parte da estratégia das companhias é desacreditar esse leite taxando-o de "inseguro", "insalubre".

No Quênia, em 2003, as grandes processadoras de laticínios lançaram a campanha do "leite seguro" acusando a cadeia leiteira popular de vender leite adulterado. Uma coalizão de camponeses, vendedores, pesquisadores e cidadãos preocupados uniram-se e começaram a lutar contra essas ações. Com o respaldo da universidade queniana levaram a cabo seu próprio estudo, que demonstrou que as acusações eram completamente falsas.

Há muito mais razões para nos preocuparmos com a adulteração existente na cadeia industrial do que na cadeia leiteira popular, como o demonstra com grande detalhe o escândalo da melamina na China. A adulteração crescente do leite ocorria nos centros de coleta de leite que servem a várias das maiores companhias leiteiras da China. As corporações de laticínios em nível global também estiveram envolvidas. A Fonterra, com sede na Nova Zelândia, era dona de 43% da San Lu, a companhia de laticínios chinesa que esteve no centro do escândalo. Parece que o leite contaminado escoou inclusive para seus fornecimentos globais, e que também chegou à Nestlé e a outras multinacionais.

As grandes corporações de laticínios responderam procurando distanciar-se do escândalo. As provas levadas a cabo na Universidade Dhaka, em Bangladesh, mostraram que o leite Nido Fortificado Instantâneo da Nestlé, elaborado com leite em pó fornecido pela Fonterra, estava contaminado com melamina. Ambas as companhias questionaram publicamente os resultados e a competência do laboratório universitário, mas na mesma época começaram a surgir resultados semelhantes nos produtos da Nestlé em Taiwan e na Arábia Saudita. As autoridades sauditas consideraram que os níveis de melamina descobertos eram “altamente prejudiciais”. Foi necessária uma petição apelando à lei de liberdade de informação interposta pela Associated Press para que viesse à luz que a US Food and Drug Administration (FDA) encontrou melamina em testes realizados em leites de fórmula para bebês e outros suplementos nutricionais vendidos nos Estados Unidos pela Nestlé e por outras corporações.

A Nestlé respondeu dizendo que baixos níveis de melamina não são perigosos e podem ser encontrados em quase todos os produtos alimentícios. “Traços diminutos existem no ciclo alimentar natural”, disse a companhia, instando os governos a adotarem a norma de níveis mínimos de resíduo ao invés de uma tolerância zero.

Os Grandes do Setor de Laticínios alegam que darão mais oportunidades aos camponeses dedicados à produção leiteira no Sul. A Nestlé e a Danone contam com programas que buscam criar cadeias de abastecimento locais entre os pequenos produtores e várias ONGs empreendem projetos pilotos para ajudar esses produtores a cumprirem com os critérios de “qualidade” fixados pelas corporações. Mas isso é só uma gota no balde. É fato que em sua expansão pelo Sul os Grandes do Setor de Laticínios necessitam desenvolver algumas cadeias de fornecimento local, mas muito pouco do que reúnem será abastecido pela imensa maioria dos camponeses produtores de laticínios que mantêm, em média, alguns poucos animais leiteiros.

Ao contrário dos pequenos vendedores que vão longe na área rural com motos e bicicletas, as grandes processadoras não querem se aventurar às centenas de pequenos tambos rurais para coletar o leite. Nos raros lugares em que desenvolvem cadeias de abastecimento local, as companhias exigem que os camponeses levem seu leite aos centros de coleta, conhecidos como depósitos ou centros leiteiros, onde é comum que os custos de refrigeração sejam cobrados dos produtores. O típico é que as companhias comprem leite somente dos produtores que tenham assinado, mediante programas, um contrato de exclusividade com a empresa, e, no final, a companhia exerce um controle absoluto quando chega o momento de fixar o preço e determinar se o leite fornecido pelo produtor atende os padrões da companhia, o que frequentemente não acontece.

Na década de 1990, no Brasil, por exemplo, quando o mercado de laticínios deu um giro dramático aos supermercados e ao tratamento com ultra-alta temperatura para um leite embalado a vácuo, 60 mil camponeses produtores de leite foram apagados da lista pelas 12 maiores processadoras.

A Nestlé nega-se, inclusive, a comprar leite dos produtores tradicionais de leite no Quênia, em que pese os séculos de experiência que eles têm em produzir leite de muito boa qualidade. A companhia alega que o leite produzido e processado no Quênia não atende os padrões e, assim, ela procura conseguir leite em pó importado, principalmente da Nova Zelândia. Há pouco, a companhia lançou um projeto piloto para desenvolver a coleta local de leite sempre e quando os produtores participantes adotem raças de animais exóticas e de alto custo, alta produção e, no final das contas, um modelo de alto risco que a companhia impõe.

Os produtores no Quênia podem recorrer à cadeia leiteira popular para evitar as táticas corporativas. Em outros países, onde o mercado dos laticínios é controlado pelas grandes processadoras, os produtores estão numa posição muito mais vulnerável. O leite é um produto

muito precível, o que deixa o produtor sem muitas opções: tem que vender o excedente das necessidades da família ao preço que lhe ofereçam, seja ele qual for.

O problema básico é que em quase todos os países os preços internacionais dos laticínios estão muito abaixo dos custos de produção. O preço é artificial, baseado em fortes subsídios à produção em excesso na Europa e nos Estados Unidos, e em um modelo de baixo custo para exportação na Nova Zelândia e Austrália – com o qual os produtores de muitos países não podem competir.

Ainda que em termos proporcionais o comércio internacional de laticínios seja bastante pequeno em relação ao mercado total de laticínios, seus impactos são enormes. O acesso às importações de leite em pó barato, e de outros “produtos” lácteos, permite às processadoras e aos varejistas exercer pressão para baixar os preços locais do leite, o que força os produtores a aceitarem preços abaixo dos custos de produção.

No Vietnã, onde o mercado de laticínios é dominado por algumas processadoras e as importações de leite em pó representam 80% do mercado nacional, as processadoras fixam seus preços locais, com aplicação das normas fixadas, de acordo com os preços internacionais do leite em pó. Esses preços estão abaixo dos custos médios de produção do camponês vietnamita. O representante nacional da Friesland Campina, com sede na Holanda, uma das maiores processadoras de laticínios no Vietnã disse que os produtores vietnamitas deveriam deixar de se queixar já que conseguem um preço que deixaria os produtores holandeses “enciumados”. O que não mencionou é que o preço que sua companhia paga aos produtores holandeses está ainda mais abaixo dos custos de produção, e que a única razão pela qual as granjas holandesas podem sobreviver com tais preços é porque recebem enormes subsídios, aos quais os produtores vietnamitas não têm acesso.

O ministro colombiano de agricultura, Andrés Fernández, admitiu que o TLC que seu governo começou a negociar com a União Europeia afetará negativamente mais de 400 mil famílias camponesas em toda a Colômbia.

O governo chileno, impelido pelos tratados comerciais que promoveu com importantes exportadores de laticínios, foi um dos primeiros a se mobilizar para uma liberalização do setor leiteiro. De meados dos anos 1980 a 2000, o Chile reduziu sua tributação para os produtos lácteos de 20% para 6%. O preço nacional do leite na porta dos estabelecimentos produtores despencou e caiu abaixo dos custos de produção. Apesar dos protestos dos produtores, o governo argumentou que suas ações forçariam o caminho para uma modernização do setor e que produtores logo se beneficiariam dos mercados de exportação. Nos anos seguintes, o Chile se tornou, de fato, um exportador de leite; mas as importações também cresceram. E o mais importante: todo o setor se transformou completamente.

Antes da liberalização, a indústria leiteira chilena caracterizava-se por contar com pequenos estabelecimentos rurais e uma próspera indústria local de processamento de laticínios. Era composta por pequenas unidades que produziam quase que totalmente para os mercados locais. A ditadura de Pinochet destruiu muitas das cooperativas do país, mas as cooperativas e os grupos de produtores sem fins lucrativos ainda tinham uma presença significativa nos mercados nacionais; a presença de multinacionais era bastante circunscrita. Ao abrir-se o mercado, as processadoras de pequeno porte, dependentes da produção local de leite, não puderam competir com os grandes atores que tinham a capacidade de utilizar o leite em pó importado para manter os preços baixos. As correspondentes mudanças nas leis de investimento estrangeiro permitiram também que os atores internacionais, como a Fonterra, se unissem e se apropriassem das mais importantes processadoras nacionais de laticínios. Em alguns anos, a Fonterra e a Nestlé – que tiveram uma colaboração formal em suas operações de laticínios em quase toda a América Latina - apoderaram-se de 45% do fornecimento nacional de leite. Ambas as companhias têm feito esforços para integrar suas operações chilenas mas, até agora, o tribunal nacional de concorrência continua bloqueando a possibilidade.

Os produtores chilenos de laticínios estão convencidos de que as duas companhias entram em acordo para fixar os preços e, em geral, se envolvem com práticas anti-competição que mantêm os preços baixos. Hoje, o preço do leite a varejo no Chile é seis vezes mais alto do que recebem os produtores na porta do tambo.

A liberalização do mercado de laticínios no Chile está levando ao desaparecimento de muitos pequenos estabelecimentos leiteiros. Os preços baixos e os fluxos comerciais, tão

nefastos para os produtores em pequena escala, significam exatamente o oposto para as companhias estrangeiras e para as elites locais dos negócios que optam por uma agroindústria corporativa.

Os novos enormes estabelecimentos produtores, cujos donos estão ausentes, representam o futuro do fornecimento de leite para as transnacionais, que hoje dominam o mercado chileno de laticínios. Com seus grandes volumes, e seus robôs de ordenha, esses empreendimentos podem conseguir lucro mesmo com os preços do leite tão baixos, porque as grandes processadoras pagam preços mais elevados aos locais que lhes forneçam volumes maiores.

Em todo o mundo, no Norte e no Sul, as corporações e os grandes atores financeiros estabelecem mega-granjas e se apossam dos abastecimentos globais de leite.

Se no Sul continuar a abertura de mega-empreendimentos produtores, isto será brutal para os produtores em pequena escala. Na União Europeia e nos Estados Unidos, no Chile e na Argentina, onde resta muito pouco do sistema de leite popular, a industrialização e a concentração da produção leiteira apagarão do mapa enormes quantidades de pequenos produtores. Os Estados Unidos perderam 88% de suas granjas leiteiras entre 1970 e 2006; os nove países originais que formaram a União Europeia perderam 70% entre 1975 e 1995. O ritmo da destruição não diminuiu. Na Argentina, Austrália, Brasil, Europa, Japão, Nova Zelândia, África do Sul e Estados Unidos, o número de estabelecimentos produtores de leite diminuiu de 2 a 10% anualmente entre 2000 e 2005.

Isso contrasta com a maioria dos países em desenvolvimento onde as processadoras transnacionais de laticínios e as mega-granjas leiteiras continuam com pouca presença. Durante esses mesmos anos, o número de granjas leiteiras nesses países cresceu entre 0,5 e 10% anuais.

O salto para os estabelecimentos produtores de enorme escala é também uma catástrofe ambiental e sanitária. Tais estabelecimentos engolem enormes quantidades de água, a custos de outras granjas e das comunidades que dependem destas mesmas fontes de água. Requerem muita terra – não para o local onde vivem as vacas, mas sim para produzir a forragem necessária. Produzem quantidades enormes de dejetos. Uma vaca produz em média 20 vezes mais dejetos do que um ser humano, o que significa que uma granja industrial com 2 mil vacas produz tanto dejetos quanto uma cidade pequena. Quase nada dos excrementos é tratado, e termina em enormes lagoas nos arredores do estabelecimento. O sistema cria moscas e produz um mau cheiro que torna insuportável viver nas redondezas. A maior parte dos dejetos das lagoas será distribuída nos campos ou, o que ocorre com frequência, uma parte irá escorrer para as fontes de água, o que contaminará os corpos hídricos locais.

As lagoas de excrementos são importantes fontes de gases de efeito estufa. Um estudo apurou que um estabelecimento produtor industrial com lagoas de excremento libera 40 vezes mais metano (um potente gás de efeito estufa) do que uma granja orgânica onde as vacas contam com sua pastagem.

Os impactos da produção industrial sobre a saúde animal estão bem documentados. Os animais que produzem mais mediante o uso de rações com muita proteína, de ordenha frequente e de hormônios e fármacos que aumentam a produção, tornam-se suscetíveis a enfermidades e a ferimentos. Para compensar, os fazem ingerir grandes quantidades de antibióticos e outras drogas veterinárias. Nesses criatórios industriais surgiram superorganismos resistentes aos antibióticos, que podem infectar os humanos, como o SARM (estafilococo áureo resistente à meticilina).

Essas práticas também impactam diretamente a qualidade do leite. Há uma diferença substancial na qualidade nutricional entre o leite procedente de vacas de criatórios industriais e o que provém de vacas criadas em pastagens e sistemas orgânicos. Os hormônios e os antibióticos utilizados nas granjas industriais podem chegar ao leite consumido, produzindo efeitos colaterais muito nocivos. O hormônio de crescimento bovino recombinante, conhecido mundialmente como rBGH, por exemplo, é uma droga que aumenta a produção e que é utilizada amplamente em granjas industriais nos Estados Unidos, África do Sul e México [e Brasil], mas está proibida na Austrália, Canadá, Europa, Japão e Nova Zelândia, por estar vinculada a níveis excessivos de substâncias antimicrobianas e carcinogênicas no leite, que o torna um perigo para a saúde humana.

Como manter o leite longe das garras das corporações

O leite popular propicia meios de subsistência e alimentos nutritivos, seguros, baratos e saudáveis. As rendas obtidas são distribuídas equitativamente ao longo de todo o setor. Todo mundo ganha alguma coisa com a cadeia leiteira popular, exceto os grandes negócios - por isso forçam para destruí-la.

Nos países em que milhões, e não milhares, de produtores estão envolvidos na produção de leite, este não é uma mercadoria, mas sim uma fonte essencial de alimentação que pode fazer a diferença entre a miséria e a dignidade daqueles envolvidos na sua produção e distribuição. Teríamos que facilitar o caminho para que as pessoas, em nível local, abastecessem os mercados locais, como vêm fazendo sempre que existe a oportunidade.

As práticas desleais devem ser freadas, deixando de importar leite em pó e produtos lácteos baratos. O mínimo é impor taxas altas e amplas, como a União Europeia faz. Tais taxas protegem contra as práticas desleais, e contra o uso de produtos lácteos processados, baratos, e de gorduras não lácteas que substituem o leite verdadeiro.

Mas as medidas comerciais não são suficientes. O leite popular também está ameaçado pelos padrões e regulamentações de sanidade alimentar desenhados pelas processadoras industriais. O leite popular necessita de um sistema apropriado de sanidade alimentar, baseado na confiança e nos saberes locais. Tais modelos de segurança sanitária dos alimentos existem em todo o mundo, e são particulares de sua cultura local.

Mas é típico que as redes de supermercados sejam resistentes a se ajustarem às culturas locais, e imponham seus próprios padrões. O triunfo do leite popular requer que empreendamos ações contra os supermercados, exercendo pressão sobre eles e apoiando os mercados locais.

E há, também, a questão dos investimentos. O dinheiro flui, agora, de múltiplas fontes, locais e estrangeiras, para construir mega-empresendimentos produtores. É dinheiro de doadores e ONGs para programas que buscam fazer com que os pequenos produtores entrem nas cadeias de fornecimento das grandes processadoras.

Tudo no sentido de concentrar os estabelecimentos produtores e o processamento. A produção industrial gera enfermidades e contaminação. Arrasa a biodiversidade. As raças locais de animais leiteiros que abastecem o sistema do leite popular, sejam vacas, cabras, búfalos ou camelos, têm a flexibilidade e a eficiência de exigirem pouco, e permitem que os produtores em pequena e os pastores de todo o mundo aguentem as precárias condições provocadas pela mudança climática. Eles é que devem ser apoiados e não os “investidores” que conseguem todo tipo de cortes ou isenções fiscais generosas, fundos de doação e outros incentivos dos governos.

Os trabalhadores na indústria de laticínios também sofrem pelas mesmas tendências. Uma maior concentração na indústria significa menos empregos. Mais leite em pó, produzido através de processos mecanizados, requer menos mão de obra, significa menos trabalho do que o leite fresco, que depende de mão de obra intensiva. E, como se pode ver na campanha da International Union of Food Workers (IUF) contra a Nestlé, as companhias leiteiras transnacionais são das piores violadoras dos direitos trabalhistas.

Os laticínios em países como Paquistão e Uganda estão quase que totalmente nas mãos da cadeia leiteira popular. Em outros países, como Ucrânia ou Brasil, há uma mescla de ambos. Em quase todos os países do Norte, os laticínios já são preponderantemente operados pelas enormes processadoras industriais. Mas, inclusive nos países onde domina a produção industrial, sempre há formas de se caminhar para um sistema leiteiro mais equitativo.

Nesses países, os sindicatos lutam contra a concentração, as comunidades rurais lutam contra as mega-granjas contaminantes; os camponeses querem um preço justo pelo que produzem.

Mas há a necessidade de exercer ações globais organizadas contra os Grandes do Setor de Laticínios. As terríveis táticas que utilizam para destruir o leite popular beiram o crime. Chegou o momento de empreender campanhas contra os piores transgressores – Nestlé, Danone, Tetrapak - baseados em algumas campanhas já existentes como as relacionadas com a criação natural, o aleitamento materno e com os direitos dos trabalhadores. Devem-se expor as ONGs que colaboram com Os Grandes do Setor de Laticínios.

Os laticínios são uma peça chave para construir a soberania alimentar. Tocam a muitas pessoas. Calcula-se que cerca de 14% da população mundial dependa diretamente da produção de laticínios como modo de vida. Aí há espaço para a resistência e a transformação.

A forte aliança entre os vendedores, os consumidores e os produtores na Colômbia é uma fonte de inspiração. Devemos forjar alianças semelhantes em todas as partes, e além das fronteiras. O leite deve permanecer nas mãos das pessoas.

Para aprofundar

Aurelio Suárez Montoya, *Colombia, una pieza más en la conquista de un 'nuevo mundo' lácteo*, novembro de 2010: <http://www.recalca.org.co/Colombia-una-pieza-mas-en-la.html>

Punjab Lok Sujag, *The political economy of milk in Punjab: A people's perspective*, agosto de 2003: www.loksujag.org

* Esta é uma versão resumida do documento do GRAIN, “*El gran robo de la leche. Cómo es que los ricos y poderosos le roban una vital fuente de nutrición y sustento a los pobres*”, www.grain.org

□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

Alimentos e mudança climática: o elo esquecido

GRAIN

Os alimentos são um promotor chave da mudança climática. O processo industrial desde a produção dos alimentos até que sejam servidos em nossa mesa provoca cerca da metade das emissões de gás de efeito estufa geradas pelos humanos. Os fertilizantes químicos, a maquinaria pesada e outras tecnologias agrícolas dependentes do petróleo têm uma contribuição significativa. O impacto da indústria alimentar como um todo é, inclusive, maior: destroem-se florestas e savanas para produzir forragem para animais e geram-se dejetos que causam danos ao clima pelo excesso de empacotamento, processamento, refrigeração e transporte dos alimentos a grandes distâncias, apesar de milhões de pessoas continuarem com fome. Um novo sistema alimentar poderia ser um promotor chave de soluções para a mudança climática. Pessoas em todo o mundo participam de lutas para defender ou para criar novas formas de cultivar ou compartilhar alimentos que sejam muito mais saudáveis para suas comunidades e para o Planeta. Se forem tomadas medidas para reestruturar a agricultura e o sistema alimentar mundial em torno da soberania alimentar, da agricultura em pequena escala, da agroecologia e dos mercados locais, em algumas décadas poderíamos cortar pela metade as emissões globais de gases de efeito estufa. Não necessitamos de mercados de carbono nem de remendos tecnológicos. Necessitamos políticas acertadas e programas que erradiquem o atual sistema alimentar industrial criando, em seu lugar, um sistema que seja sustentável, equitativo e verdadeiramente produtivo.

Os alimentos e o clima: como montar o quebra-cabeças. A maioria dos estudos situa a contribuição das emissões agrícolas – as emissões produzidas nos campos cultivados – em algum ponto entre 11 e 15% das emissões globais¹. No entanto, o que comumente não é dito, é que a maior parte dessas emissões são geradas pelas práticas de cultivo industrial que se baseiam em fertilizantes químicos (com nitrogênio), maquinaria pesada que funciona com derivados de petróleo, e em operações industriais de criação animal altamente concentradas que liberam metano para a atmosfera.

É freqüente, também, que as cifras da contribuição da agricultura não levem em conta as mudanças no uso do solo e o desmatamento, que são responsáveis por uma quinta parte das emissões de gases de efeito estufa.²

Em nível mundial, a agricultura invade as savanas, as áreas úmidas, os cerrados e as florestas, destruindo, ao arar, o solo de enormes superfícies. A expansão da fronteira agrícola é o contribuinte dominante do desmatamento, e é responsável por 70% a 90% do desmatamento global³. Isso significa que 15-18% das emissões globais de gases de efeito estufa são produzidas pela mudança no uso do solo e pelo desmatamento causado pela agricultura. Mas

aqui, novamente, o sistema alimentar global e seu modelo de agricultura industrial são os principais culpados. O maior promotor desse desmatamento é a expansão das plantações industriais para a produção de commodities como a soja, a cana-de-açúcar, o dendê, o milho industrial, e a colza ou canola, assim como as lavouras de árvores para celulose. Desde 1990, a área plantada com as primeiras cinco commodities cresceu 38%⁴, apesar de a área plantada com alimentos básicos como o arroz ou o trigo ter diminuído.

As emissões procedentes da agricultura são responsáveis apenas por uma fração da contribuição geral do sistema alimentar com a mudança climática. É igualmente importante o que ocorre entre o momento em que os alimentos deixam o local de produção e o momento em que chegam a nossa mesa.

A comida é o maior setor econômico do mundo, e, de longe, implica em mais transações e emprega mais pessoas do que qualquer outro setor. Atualmente, os alimentos são preparados e distribuídos utilizando-se enormes quantidades de processamento, empacotamento e transporte, todos geradores de emissões de gases de efeito estufa, apesar de ser difícil obter dados de tais emissões. Os estudos que realizam na União Europeia concluem que cerca de um quarto do transporte total tem a ver com o transporte comercial de alimentos⁵. As cifras dispersas sobre o transporte, disponíveis em outros países, tais como no Quênia e no Zimbábue, indicam que a percentagem é ainda maior nos países “não industrializados”, onde a “produção de alimentos e sua entrega consomem entre 60 e 80% da energia total utilizada – incluída a humana, a animal e o combustível”⁶. Se o transporte é responsável por 25% das emissões globais de gases de efeito estufa, podemos utilizar os dados da União Europeia para calcular, de forma conservadora, que o transporte de alimentos é responsável por pelo menos 6% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Em relação ao processamento e embalagens, novamente os dados disponíveis provêm principalmente da União Europeia, onde os estudos mostram que o processamento e a embalagem de alimentos são responsáveis por entre 10 e 11% das emissões de gases de efeito estufa⁷, enquanto a refrigeração da comida é responsável por 3-4%⁸ do total das emissões, e a venda a varejo de alimentos, por 2%⁹. Sendo conservadores com as cifras da União Europeia e extrapolando-se a partir das escassas cifras que existem de outros países, podemos calcular que pelo menos 5-6% das emissões são devidas ao transporte de alimentos, 8-10% ao processamento dos alimentos e embalagem dos mesmos, cerca de 1-2% à refrigeração e 1-2% à venda a varejo. Isso representa uma contribuição total entre 15 e 20% de emissões globais de gases de efeito estufa procedentes do conjunto dessas atividades.

Nem tudo o que o sistema alimentar produz é consumido. O sistema agroalimentar industrial descarta quase a metade de toda a comida que produz, em sua viagem dos estabelecimentos agrícolas aos comerciantes, aos processadores de comida, às mercearias e supermercados. Isso é suficiente para alimentar aos famintos do mundo por seis vezes¹⁰. Grande parte desse desperdício apodrece nas lixeiras e nos aterros sanitários, produzindo significativa quantidade de gases de efeito estufa. Diferentes estudos mostram que entre 3,5 e 4,5% das emissões globais de gases de efeito estufa provêm dos dejetos, e mais de 90% deles procedem de matéria originada na agricultura e processamento¹¹. Isso significa que a decomposição dos dejetos orgânicos originados nos alimentos e na agricultura é responsável por 3-4% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Somando as cifras acima citadas fica evidente que aí há um caso convincente: o sistema agroalimentar global atual, impulsionado por uma poderosa indústria alimentar transnacional, é responsável pela metade de todas as emissões de gases de efeito estufa produzidas por humanos; uma cifra entre um mínimo de 44% e um máximo de 57%.

Os alimentos e a mudança climática

O sistema agroalimentar industrial é responsável por 44-57% de todas as emissões globais de gases de efeito estufa

Processamento, transporte, embalagem e venda a varejo: 15-20%

Mudança no uso do solo e desmatamento: 15-18%

Produção agrícola: 11-15%

Desperdícios: 3-4%

Outras emissões não relacionadas com alimentos: 43-56%

Como mudar o sistema alimentar? É claro que não sairemos da crise climática se não transformarmos dramaticamente e urgentemente o sistema alimentar global. E o lugar onde podemos começar é o solo.

Os alimentos começam e terminam no solo. Surgem do solo e no final retornam a ele para permitir que se produzam mais alimentos. Esse é o verdadeiro ciclo da vida. Mas nos últimos anos os humanos ignoraram esse ciclo vital. Estamos tirando do solo sem lhe dar devolução.

A industrialização da agricultura que começou na Europa e América do Norte, e que depois replicou a Revolução Verde em outras partes do mundo, baseou-se na suposição que a fertilidade do solo podia ser mantida e incrementada mediante o uso de fertilizantes químicos. Pouca atenção foi dada à importância da matéria orgânica no solo.

Uma ampla gama de trabalhos científicos indica que os solos cultivados perderam entre 30 e 75% de sua matéria orgânica durante o século 20, enquanto os solos que sustentam pastagens e pradarias perderam até 50%. Não há dúvida que essas perdas provocaram uma séria deterioração da fertilidade e produtividade dos solos, e contribuíram para piorar as secas e as inundações.

Tomando como base as cifras mais conservadoras que a literatura científica proporciona, a perda global acumulada de matéria orgânica do solo durante o último século pode ser calculada em 150-200 bilhões de toneladas¹². Nem toda essa matéria orgânica terminou no ar como CO₂ pois quantidades significativas foram arrastadas pela erosão para serem depositadas no fundo de rios e oceanos. Entretanto, pode ser calculado que foi liberado na atmosfera, pelo menos, de 200 a 300 bilhões de toneladas de CO₂ devido à destruição global de matéria orgânica do solo. Em outras palavras, entre 25 e 40% do atual excesso de CO₂ na atmosfera provém da destruição dos solos e de sua matéria orgânica.

Há boas notícias escondidas nessas cifras devastadoras. O CO₂ que foi enviado à atmosfera ao se maltratar e desgastar os solos do mundo pode ser recolocado no solo. O que se necessita é uma mudança nas práticas agrícolas. Devemos nos afastar de práticas que destroem a matéria orgânica e nos aproximar das práticas que acumulam matéria orgânica no solo.

Sabemos que isso pode ser feito. Os camponeses de todo o mundo vêm abraçando essas práticas por gerações. As pesquisas do GRAIN mostraram que, se forem colocadas em funcionamento as políticas corretas e os incentivos corretos, em nível mundial, em cerca de 50 anos os conteúdos de matéria orgânica do solo podem ser restaurados aos níveis que tinham antes da agricultura industrial, o que, a grosso modo, é o mesmo tempo que a agricultura industrial levou para os exaurir¹³. O uso continuado dessas práticas permitiria eliminar de 24 a 30% das emissões globais atuais de gases de efeito estufa a cada ano.¹⁴

O novo cenário requereria uma mudança radical de enfoque, afastando-nos do atual modelo de agricultura industrial. Teria que ser dada ênfase no uso de técnicas tais como os sistemas de diversificação de cultivos, melhor integração entre a produção de cultivos e a produção animal, maior incorporação de árvores e de vegetação silvestre, entre outros. Tal incremento na diversidade poderia, então, aumentar a produção potencial, e a incorporação de matéria orgânica melhoraria progressivamente a fertilidade dos solos, criando círculos virtuosos de maior produtividade e maior disponibilidade de matéria orgânica. Aumentaria a capacidade do solo para reter água, o que significa que a chuva excessiva conduziria a inundações e secas menores e menos intensas. A erosão do solo seria cada vez menos um problema. A acidez e a alcalinidade do solo reduzir-se-iam, reduzindo e eliminando a toxicidade que se tornou um problema importante nos solos tropicais e áridos. Além disso, uma maior atividade biológica do solo protegeria as plantas contra as pragas e as doenças. Cada um desses efeitos implica em maior produtividade e, conseqüentemente, mais matéria orgânica disponível nos solos, o que tornaria possível, com o passar dos anos, objetivos mais altos em relação a uma incorporação de matéria orgânica no solo. No processo, mais comida seria produzida.

Para conseguir isto, é necessário trabalhar a partir das habilidades e da experiência acumulada pelos camponeses em pequena escala do mundo, ao invés de minar sua vida, tirar suas terras e expulsá-los de seus territórios, como ocorre hoje.

Uma guinada global rumo a uma agricultura que acumula matéria orgânica no solo nos colocaria, também, no caminho de cortar algumas das principais fontes de gases de efeito estufa que provêm do sistema alimentar.

Há outras três guinadas que se reforçam mutuamente e que é necessário que ocorram no sistema alimentar para que possamos enfrentar sua contribuição global à mudança climática: a

primeira é uma guinada para os mercados locais, a circuitos mais curtos na distribuição dos alimentos, o que nos permitiria reduzir o transporte e a necessidade de embalagem, processamento e refrigeração. A segunda, uma reintegração de cultivos e da produção animal, que reduziria o transporte, o uso de fertilizantes químicos e a produção de emissões de metano e óxido nitroso gerados pelos grandes plantéis industriais de carne e laticínios. A terceira, frear o desmatamento, o que exigiria uma reforma agrária genuína e reverter a expansão das plantações de monocultivo para a produção de agrocombustíveis e forragens.

Se o mundo assumisse seriamente essas quatro mudanças e as colocasse em ação, seria possível reduzir, em algumas décadas, a metade das emissões globais de gases de efeito estufa e, no processo, empreender o longo caminho para a solução das outras crises que afetam o planeta, como a pobreza e a fome. Não há obstáculos técnicos que nos impeçam – nas mãos do campesinato do mundo estão os saberes, a experiência e as habilidades necessárias, e a partir daí podemos iniciar. Os únicos obstáculos são políticos e é aí que devemos focar nossos esforços.

Para aprofundar

Seedling, número especial sobre alimentação e mudança climática, outubro de 2009.

<http://www.grain.org/article/categories/16>

Biodiversidad, sustento y culturas 62, outubro de 2009

<http://www.grain.org/article/categories/92>

La agricultura campesina puede enfriar la tierra. Uma apresentação em powerpoint do GRAIN.

<http://www.grain.org/e/4170>

Crisis climática, compêndio especial de *Biodiversidad, sustento y culturas*, abril de 2010

<http://www.grain.org/article/categories/218>

The food and climate connection, um vídeo de Whyhunger.

http://www.grain.org/bulletin_board/entries/4243

1 O IPCC diz 10-12%, a OCDE diz 14% e o WRI diz 14,9%. Ver: IPCC, *Climate Change 2007: Mitigation of Climate Change. Chapter 8: Agriculture*, <http://tinyurl.com/ms4mzb> - Wilfrid Legg e Hsin Huang. OECD Trade and Agriculture Directorate, *Climate change and agriculture*, <http://tinyurl.com/5uehf8k>

2 Ver WRI, *World GHG Emissions Flow Chart*, <http://tinyurl.com/2fmebe> y IPCC, 2004. *Climate Change 2001: Working Group I: 3.4.2 Consequences of Land use Change*. <http://tinyurl.com/6duxqy>

3 Ver FAO Advisory Committee on Paper and Wood Products – Sessão 49 – Bakubung, África do Sul, 10 de junho de 2008; e M. Kanninen et al., “Do trees grow on Money? Forest Perspective 4, CIFOR, Jakarta, 2007.

4 GRAIN, “Global Agribusiness: two decades of plunder”, *Seedling*, julho de 2010.

5 Eurostat. *From farm to fork - a statistical journey along the EU's food chain* - Issue number 27/2011 <http://tinyurl.com/656tchm> and <http://tinyurl.com/6k9jsc3>

6 FAO. Stephen Karekezi e Michael Lazarus, *Future energy requirements for Africa's agriculture*. Capítulos 2, 3 e 4. <http://tinyurl.com/3n47gyy>

7 Para a UE, ver Viktoria Bolla, Velina Pendolovska, *Driving forces behind EU-27 greenhouse gas emissions over the decade 1999-2008*. Statistics in focus 10/2011. <http://tinyurl.com/6bhesog>

8 Tara Garnett e Tim Jackson, Food Climate Research Network, Centre for Environmental Strategy, University of Surrey “*Frost Bitten: an exploration of refrigeration dependence in the UK food chain and its implications for climate policy*”, <http://tinyurl.com/3h2rqln>

9 S.A. Tassou, Y. Ge, A. Hadawey, D. Marriott. “Energy consumption and conservation in food retailing”. *Applied Thermal Engineering* 31 (2011) 147-156 e Kumar Venkat. CleanMetrics Corp. *The Climate Change Impact of US Food Waste, CleanMetrics Technical Brief*. <http://tinyurl.com/3rcevo8> e Ioannis Bakas, Copenhagen Resource Institute (CRI). *Food and Greenhouse Gas (GHG) Emissions*. <http://tinyurl.com/426s9as>

10 Tristram Stuart, *Waste: Uncovering the Global Food Scandal*, Penguin, 2009, <http://tinyurl.com/m3dxc9>

11 Jean Bogner, et. al. *Mitigation of global greenhouse gas emissions from waste: conclusions and strategies from the IPCC*. Fourth Assessment Report. Working Group III (Mitigation) <http://tinyurl.com/3cu9pmz>

12 As cifras utilizadas para o cálculo foram: a) uma perda média de 4,5-6 kg de matéria orgânica do solo por metro quadrado de terra arável (MOS/m²) e 2-3 kg de MOS/m² de terra agrícola em pradarias e sem cultivar; b) uma média de profundidade do solo de 30 cm, com uma média de densidade do solo de

1 gr/cm³; c) 5 bilhões de hectares de terra agrícola em nível mundial; 1,8 bilhões de terra arável segundo dados publicados pela FAO; d) uma proporção de 1,46 kg de CO₂ para cada quilo de MOS destruído.

13 Ver GRAIN, “Cuidar el suelo”, *Biodiversidad, sustento y culturas*, número 62, outubro de 2009, <http://tinyurl.com/3rc1bcy>

A conclusão baseia-se na suposição de que a incorporação da matéria orgânica chegaria a uma taxa média anual global entre 3,5 e 5 toneladas por hectare de terra agrícola. Para cálculos mais detalhados ver GRAIN, “*Cuidar el Suelo*”, *op. Cit.*, tabela 2.

❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏

Mudança climática e cultivos ecológicos

Stephen Leahy, Uxbridge, 8 de março de 2011 (IPS). Uma urgente transformação em direção a cultivos ecológicos é o único caminho para colocar fim à fome e enfrentar os desafios da mudança climática e a pobreza rural, disse Olivier De Schutter, Relator Especial das Nações Unidas para a alimentação, depois de apresentar seu informe anual (que teve como foco a agroecologia e o direito à alimentação) ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

“Os processos industriais não imitam a natureza, a agroecologia sim o faz. Substitui os insumos externos como o fertilizante por saberes de como combinar plantas, árvores e animais de tal forma que se reforce a produtividade da terra”, disse De Schutter e enfatizou que “a produtividade aumentou até 214% em 44 projetos em 20 países da África Subsaariana mediante técnicas de agroecologia em um período de 3-10 anos ... muito mais do que qualquer cultivo geneticamente modificado alguma vez já tenha conseguido”.

Outras avaliações científicas recentes mostraram que os camponeses de 57 países que utilizam técnicas agroecológicas obtiveram aumento de até 80% na produtividade. O aumento médio dos africanos é de 116%. “Hoje, a evidência científica demonstra que os métodos agroecológicos são muito melhores do que os fertilizantes químicos para aumentar a produção de alimentos em regiões onde vivem os famintos”, disse De Schutter.

A agroecologia aplica a ciência ecológica no desenho de sistemas agrícolas. Ressalta a produtividade do solo e protege os cultivos contra as pragas através de elementos naturais.

Os cultivos ecológicos não requerem agrotóxicos nem fertilizantes de base fóssil, nem maquinaria e nem híbridos. Os esforços dos governos e dos principais doadores, como a Aliança para uma Revolução Verde na África (conhecida como AGRA, por sua sigla em inglês) que investem 400 milhões para subsidiar sementes híbridas e fertilizantes químicos para intensificar a produtividade, não são sustentáveis em longo prazo, disse De Schutter.

Fundações como a Gates e a Rockefeller julgam que o Malawi é uma história de sucessos, e subsidiaram ao país níveis enormes de fertilizantes, provocando uma melhora na produção de alimentos. No entanto, o país não pode se dar ao luxo de continuar com esses subsídios e está mudando sua estratégia para uma produção agroecológica. “O governo de Malawi agora subsidia os camponeses para que plantem árvores fixadoras de nitrogênio em suas lavouras visando garantir um crescimento sustentável na produção de milho”, disse o Relator Especial.

De Schutter diz que a AGRA busca resultados rápidos e os consegue. Foi difícil para ele apagar as suspeitas que os proponentes da AGRA mantêm com relação à agroecologia, em que pese a evidência crescente, “porque é de se esperar que os países expressem ceticismo diante de soluções que não concordam com o paradigma dominante”.

A visão dominante da agricultura é o enfoque industrial “de maximizar a eficiência e a produtividade. Entretanto, tal sistema é tremendamente dependente dos combustíveis fósseis e nunca lhe são cobradas contas da degradação ambiental e de outros impactos. Dos menos reconhecidos são os brutais impactos sobre a mudança climática. É justo dizer que entre 45 e 50% de todas as emissões humanas de gases de efeito estufa provêm das formas atuais como se produzem os alimentos”, disse De Schutter.

As emissões danosas ao clima que provêm da agricultura industrial são muito mais do que só o dióxido de carbono dos combustíveis fósseis utilizados nos agroquímicos. Incluem quantidades maciças de metano proveniente da criação intensiva de animais e óxido nitroso dos fertilizantes químicos. Se acrescentarmos o desmatamento – que é o que ocorre quando se aumentam as terras agricultáveis para implantar monocultivos – teremos aí cerca de um terço de todas as emissões. Se acrescentarmos as emissões de todo o processamento de

comida e as enormes distâncias implicadas no transporte de alimentos por todo o mundo estamos próximos de quase a metade de todas as emissões.

Mas o sistema alimentar poderia não ser uma fonte importante de emissões. O problema é que agora se baseia em uma energia fóssil barata, disse. Uma prática ecológica de cultivos pode produzir mais comida para as pessoas mais pobres do mundo e reduzir as emissões. Pode, no processo, voltar a capturar carbono nos solos.

O movimento internacional de milhões de camponeses conhecido como Via Campesina tem insistido nesse ponto pelo menos desde 2009. “Os camponeses da Via Campesina e outros camponeses podem esfriar a terra”, disse à IPS Chavannes Jean Baptiste, um camponês haitiano.

“A evidência é irrefutável. Se podemos mudar a forma de cultivo e a forma como produzimos e distribuimos os alimentos contamos com uma poderosa solução para combater a crise climática”, afirma Henk Hobbelink, coordenador do GRAIN, que em 2009 produziu um informe que mostra que a agricultura industrial e seu sistema alimentar associado é a maior fonte de gases de efeito estufa. “Não há remendos técnicos que nos façam obter esses resultados. É um problema de vontade política”, diz Hobbelink.

De Schutter afirma que com evidências tão sólidas, o papel que ele tem é conseguir que os governos mudem suas políticas para respaldar essa transformação. “As companhias não investirão tempo e dinheiro em práticas que não lhes dêem patentes ou não lhes abram mercado para suas sementes ‘melhoradas’ e seus produtos químicos”, disse o Relator.

“Se não transformamos radicalmente a direção do sistema alimentar mundial nunca poderemos alimentar o bilhão de famintos, nem a nós mesmos no futuro”.

<http://ipsnews.net/news.asp?idnews=54768>

❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖

GRAIN e o Prêmio Nobel Alternativo

No dia 29 de setembro, foi anunciado que o GRAIN foi um dos quatro premiados com o *Right Livelihood Award 2011*, conhecido como “Prêmio Nobel Alternativo”.

O Prêmio Nobel Alternativo se propõe a “honrar e apoiar aqueles que trabalham na busca e aplicação de soluções para os desafios mais urgentes que enfrentamos hoje em dia”. Nas palavras do júri, o GRAIN recebeu o prêmio por seu “trabalho em todo o mundo para proteger a vida e os direitos das comunidades agrícolas e por expor a maciça compra de terras agrícolas nos países em desenvolvimento por interesses financeiros estrangeiros”. O prêmio foi entregue em uma cerimônia no Parlamento Sueco no próximo dia 5 de dezembro.

Desde que foram anunciados os ganhadores do prêmio, o GRAIN tem recebido centenas de cumprimentos de organizações e pessoas amigas. São cumprimentos de alegria, afeto e satisfação coletivos, e o desejo firme de que continuemos batalhando pelo que tantos e tantas têm batalhado.

Para o GRAIN, o prêmio e os cumprimentos nos enchem de alegria e satisfação, mas também nos tornam mais modestos, pois nos impõem grandes compromissos e novas tarefas.

Temos sempre presente que o trabalho que temos feito durante todos esses anos foi possível e tem sentido graças à existência de tantas organizações, redes e pessoas com as quais compartilhamos ideais, trabalho, conhecimento e principalmente vontade de continuar lutando.

Para nós esse foi um prêmio coletivo e o compartilhamos especialmente com tantas e tantos companheiros e irmãos que devem lutar em condições muito mais anônimas, desprotegidas e inseguras do que as nossas.

Acreditamos que o prêmio é um reconhecimento da importância da agricultura camponesa e dos povos originários, da soberania alimentar, da autonomia e da biodiversidade nas mãos dos povos do campo, da defesa dos territórios ancestrais e dos âmbitos comuns nas mãos das pessoas, das comunidades, dos povos. Convidamos a todas e todos a aproveitar a

oportunidade que esse reconhecimento nos oferece para reforçar na consciência da sociedade inteira a necessidade de lutar junto com os povos camponeses por um futuro melhor, não só pelo bem estar da metade da humanidade que ainda habita as zonas rurais, mas sim pelo bem estar da humanidade inteira e do Planeta que nos acolhe e sustenta.

Sabemos que o prêmio nos impõe o desafio que a vaidade não nos suba à cabeça. Para conseguir isto, o melhor antídoto será seguir trabalhando de maneira coletiva e horizontal, junto às organizações sociais e à sociedade civil que batalham dia a dia, ano a ano, e que nos recordam, passo a passo, que ninguém pode por si só saber ou fazer o necessário, mas que entre todos podemos aprender e fazer tudo. Se não cumprirmos com isso, esperamos que nossos amigos nos façam colocar os pés novamente no chão.

Então, de todo o coração, agradecemos por todos os cumprimentos; somos gratos por nos permitirem trabalhar juntos com vocês e por trabalharem conosco todos esses anos. Gratos por ser parte e por nos permitir sermos parte desse coletivo que cresce dia a dia. Seguiremos adiante, todos juntos. GRAIN

❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖

Hortas urbanas e a crise alimentar global

Rob Sawers, São Paulo, Brasil. No mundo todo sobem os preços dos alimentos básicos. A FAO admite, abertamente, uma “crise alimentar global”. Há fortes evidências de que os preços dos alimentos são um dos fatores críticos de desassossego político por todo o mundo. As causas dessa crise são variadas e incluem o clima errático e os altos preços do petróleo. Sem dúvida, como em épocas anteriores de fome e escassez de alimentos, a crise alimentar não é só o resultado de fenômenos naturais, mas é agravada pela avidez de lucrar com a miséria humana mediante a manipulação dos mercados. Hoje, os camponeses têm a capacidade de alimentar o mundo, mas para aqueles que controlam os criatórios industriais, os mercados de exportação e as cadeias de supermercados é mais conveniente forçar a alta dos preços ainda mais. O aumento dos lucros provocado pela mudança climática está ficando muito tentador para as empresas.

Enquanto os camponeses por todo o mundo sofrem os efeitos dessa ofensiva corporativa contra a agricultura tradicional, são os pobres urbanos os que sofrem os riscos mais agudos de desnutrição nessa crise alimentar. Sua alimentação e nutrição é completamente dependente da indústria alimentar, mas seus ganhos não sobem no ritmo suficiente para escapar da fome.

Está claro que necessitamos soluções alternativas. Para aqueles que enfrentam uma desnutrição iminente enquanto vêm como os preços sobem semana após semana, não dá mais para simplesmente esperarem calados que o governo ou o desenvolvimento dirigido pelo capitalismo chegue ao bairro. Em todo o continente americano, de Buenos Aires a Detroit, muitas comunidades reagiram proativamente a essa crise. Grupos comunitários em incontáveis cidades iniciaram hortas urbanas nos bairros pobres e oferecem uma alternativa nutricional para os que sobrevivem comendo em bancas de rua e sobras. Além disso, tornam possível o desenvolvimento de economias locais para comercializar seus produtos. Infelizmente, a única outra economia local para alguns desses bairros, como na Favela Sabopemba de São Paulo, é o tráfico de drogas. Sob esse aspecto, as hortas e os mercados não são apenas uma fonte de nutrição e de ganho, mas também podem estimular uma mentalidade alternativa que resista à desumanização do narcotráfico e à fatalista dependência ao desenvolvimento capitalista.

Os cultivos urbanos de hortaliças foram adotados pelas comunidades como resposta à inflação dos preços dos alimentos, mas o primeiro impulso à agricultura urbana em massa foi uma resposta de Cuba às carências de alimentos devidas ao “Período Especial” no início dos anos 1990. Com a caída do socialismo no leste europeu, Cuba ficou sem as importações subsidiadas de petróleo, sem agrotóxicos e sem fertilizantes. Da noite para o dia, as antes prósperas agroindústrias cubanas fecharam. A ilha não teve outra opção senão utilizar todo o seu espaço disponível para plantar hortaliças e alimentar a sua população. Em poucos anos, Cuba estava produzindo em suas hortas orgânicas tanto como o seu sistema agrícola industrializado dos anos 1980. A única diferença foi que os cubanos, então, passaram a comer alimentos muito mais saudáveis graças aos vegetais frescos. Além disso, essa transformação

colocou os meios de produção nas mãos das comunidades, e não nas mãos das burocracias estatais. Em meados dos anos 1990, 60% de todos os produtos frescos consumidos em Havana eram plantados dentro dos limites da cidade.

Desde então, florescem por todo o continente as hortas urbanas, mas não porque haja carência de alimentos, mas sim pelo aumento da disfuncionalidade dos mercados alimentares.

Popularizado pelo documentário *The Garden*, de 2008, a horta da central sul de Los Angeles era a maior horta urbana de hortaliças dos Estados Unidos e produzia comida para milhares de moradores do centro da cidade. Promovida pela comunidade e por ONGs locais, a horta resistiu às pressões do governo da cidade e do proprietário ausente de um terreno abandonado. No final, a horta foi arrasada por tratores. A destruição da horta parecia ser um ato de raiva do proprietário, mas talvez a ideia de que os *chicanos* do centro da cidade resistissem à indústria agroalimentar corporativa era algo muito ameaçador para deixar passar.

Esse trágico exemplo de machismo corporativo não deve desanimar os pobres urbanos que procuram assumir o controle de sua segurança alimentar. Em muitos outros países, os governos começam a reconhecer os benefícios dos cultivos urbanos em nível popular e promovem esses projetos. O governo argentino e o equatoriano sancionaram projetos e, assim, iniciaram alguns projetos comunitários nas cidades de Buenos Aires e em Quito e, inclusive, do México e Detroit, para mencionar apenas alguns deles. Em São Paulo, a organização comunitária Cidades Sem Fome (CSF) desenvolveu um projeto de cultivo urbano que utiliza o espaço desperdiçado e não utilizado, dentro ou próximo dos bairros, com a finalidade de empreender uma produção orgânica de hortaliças. Na maioria dos casos, a CSF persuadiu os donos dos terrenos no sentido de que um terreno em uso comum plantado com hortaliças implica menos responsabilidade legal do que deixar o espaço vazio, que expõe a terra a ser utilizada como depósito de lixo ou que abre a possibilidade de ser invadida com habitações precárias. Com esse modelo de pedir emprestada a terra, a CSF desenvolveu uma cooperativa de cultivo orgânico de mais de vinte hortas espalhadas por uma das maiores cidades do mundo.

Os resultados das hortas urbanas são imediatos e óbvios para aqueles que de outra forma não teriam nenhum acesso a frutos e hortaliças frescas e, nem se fale, a produtos orgânicos, locais. O fundador da Cidades Sem Fome, Hans Dieter Temp, alerta aos iniciantes no plantio que comecem cultivando alfaces e rabanetes. A ideia é começar com plantas de rápido crescimento, propiciando que os cultivadores vejam o mais rápido possível os benefícios em sua dieta e em seus ganhos. Depois, incentivam-se as pessoas para que assumam uma variedade mais ampla de hortaliças, para obter uma maior variedade nutricional. As pessoas que trabalham com a CSF cultivam atualmente uma diversidade de produtos, incluindo diversas hortaliças locais, como o chuchu.

Um dos aspectos mais inspiradores desse movimento, e de fato de todo o potencial dos cultivos urbanos em geral, é que essas hortas começaram a transformar os bairros que sofrem de extrema pobreza, de desnutrição, de desemprego e das garras firmes das quadrilhas de traficantes. Na Favela Sabopemba, notória por sua pobreza, os jovens têm pouquíssimas oportunidades de conseguir emprego, e as tentações do narcotráfico são grandes. No caso das mulheres, ou estão desempregadas, ou trabalham como lavadeiras ou domésticas para famílias de classe média em outras partes da cidade.

Mas o poder do trabalho coletivo (mutirão) é forte, e os organizadores do movimento já vêem as melhorias na nutrição e na mentalidade das pessoas. Temp recorda o quão difícil era convencer as mulheres do bairro de que elas mesmas podiam fazer a diferença para elas e sua comunidade. O estranho foi que quando mostraram a elas a exuberante horta de um bairro nos arredores, já funcionando, as mulheres da Sabopemba a princípio ficaram paralisadas. O sentimento dessas mulheres parecia ser: “Como é possível nós fazermos algo tão bonito”? Mas as mulheres da Sabopemba uniram-se à CSF e o ato de cultivar coletivamente começou a desconstruir a mentalidade de desânimo. Essas mulheres deram às suas crianças e aos vizinhos algo muito especial nos bairros, a satisfação de serem capazes de conseguir algo em suas comunidades e em si mesmas. Temp acrescenta que quando a Sabopemba começou a cultivar, as conversas que ouvia enquanto trabalhavam eram principalmente rumores sobre o abuso do crack e os preços que diferentes traficantes cobravam. Agora, as mulheres trocam saberes de cultivo ou de cozinha enquanto trabalham. Apesar de uma evidência informal, o movimento considera que isso mostra uma virada dramática na mentalidade.

Entretanto, a mentalidade é só uma pequena parte do problema porque em São Paulo os supermercados estão longe das favelas e os preços são incrivelmente caros para os pobres. Uma mãe com bocas para alimentar e que trabalha lavando roupa para famílias de classe média no outro lado dessa mega-metrópole, pode ter que pegar vários ônibus para ir ao supermercado e voltar. Com esse tipo de transbordos épicos, um pé de alface ou algumas mangas maduras podem ser amassados ou murcharem até chegar em casa para preparar a comida. Ainda que esse tipo de problema possa soar grosseiramente mundano e sem relevância para as realidades da pobreza, muita gente na Favela Sabopemba apontou exatamente esse tipo de situações como parte dos obstáculos que enfrentam para conseguir uma boa alimentação. O que ocorre é que diante da perspectiva de chegar em casa com uma alface que quase não podem pagar, para a qual investem tempo e dinheiro em transporte, e que depois de tudo chega estragada, simplesmente escolhem o barato e confiável: arroz e massa, e não frutos e verduras nutritivos.

O que é necessário, e a CSF espera ser parte dessa mudança, é um afastamento da agricultura industrial de grande escala e das cadeias de supermercados que distribuem seus produtos. No Brasil, e com certeza em todo o continente americano, as corporações gigantes controlam grande parte da produção agrícola dos países. O modelo corporativo industrial de agricultura se apoia em subsídios governamentais maciços, na especialização e na intensificação de cultivos, e utiliza maquinaria cara e agroquímicos. Contra esse Golias da produção, os pequenos posseiros e as unidades de produção familiares não têm muitas oportunidades de competir. As pequenas unidades de produção se endividam e quebram, e a garra dos gigantes corporativos da agricultura fica mais apertada.

Por sua vez, essas corporações do agronegócio, integradas verticalmente, confiam nos supermercados como mecanismo para aumentar seus lucros. Os supermercados podem ser a etapa na qual se representa o drama da exclusão social. Uma percentagem da população mundial (percentagem que cresce rapidamente), vê nos supermercados o acesso primário a alimentos frescos. Exibem para o consumidor uma variedade de bens, com marcas e pacotes que cultivam o reconhecimento das marcas e uma lealdade a elas. Nesses paraísos dos lucros das corporações, os que compram se dividem em linhas de classe baseadas no que cada um pode pagar e nas mercadorias que sobreviverão à longa viagem de volta para casa. Os ricos e os pobres talvez comprem nas mesmas lojas, mas saem delas com compras muito diferentes.

A divisão é igualmente marcante entre classes de produtores. Muitos camponeses em pequena escala simplesmente não podem se manter no negócio vendendo seus produtos do campo aos supermercados porque estes pagam preços de atacado que se tornam baixíssimos artificialmente. Por exemplo, a cadeia francesa de supermercados Carrefour é muito poderosa no Brasil, pois conta com 50 milhões de consumidores em umas quinhentas lojas no sul do Brasil.¹ Na época em que foram realizadas as entrevistas para este texto, o Carrefour em São Paulo pagava aos agricultores seis centavos de real (R\$ 0,06) por pé de alface. Para quem tem centenas de milhares de hectares, e milhões ou bilhões para gastar com maquinaria sofisticada e químicos, é possível obter lucro de alfaces vendidas a seis centavos de real. Mas para os camponeses com pequenas áreas que tentem competir, já não é rentável cultivar. Acabam indo para as cidades, para lavar roupas, ou vender drogas nas ruas; e a tendência à deterioração rural continua.

Para confrontar ambos os lados desse desafio que se apresenta aos moradores dos bairros, a CSF cultiva hortas que ao serem suficientemente grandes podem ser economicamente produtivas, e não estão unicamente tocando na linha de vida nutricional. Produzir excedentes conduz ao desenvolvimento de mercados locais para frutos e verduras orgânicos nos bairros que nunca antes tiveram tais luxos. Estess mercados são, de fato, um dos aspectos mais excitantes do modelo de Cidades Sem Fome, porque começam a desmoronar o *apartheid* nutricional que divide São Paulo entre ricos e pobres. Além da satisfação e da auto-estima que provêm dos vizinhos trabalharem juntos no mutirão desses mercados, os baixos preços dão acesso a produtos agrícolas frescos a uma faixa muito mais ampla da população. Um pé de alface nesses mercados é vendido por R\$ 1,00; comparado com o Carrefour, é um preço muito menor para o consumidor e é um ganho muito mais alto para o produtor.

Os preços nesses mercados “camponeses” locais de hortalças frescas são menores do que nos supermercados, entre outras coisas devido à ausência de intermediários. Como salientamos antes, no exemplo de como o Carrefour fixa o preço da alface, os supermercados

corporativos exigem uma diferença enorme entre o preço de atacado e o de varejo para os produtos frescos, com a finalidade de sustentar os custos indiretos das corporações internacionais inteiras. Do pessoal dos supermercados para cima, passando pelos engenheiros e mecânicos, e os escritórios administrativos, as equipes legais, os assessores financeiros, os executivos, os membros do conselho e direção; toda a conta, até a última linha, é paga pelos agricultores e consumidores. Mas por que os camponeses que lutam e os sem posse que moram nos bairros são forçados a fazer parte de uma estrutura injusta e tão sobrecarregada? Por que as mulheres da Favela Sabopemba têm que contribuir com os pacotes de benefícios da direção do Carrefour?

Pensado como modelo de desenvolvimento ou como solução à crise alimentar global, alguns alegarão que o cultivo de hortaliças e os mercados locais são “pouca coisa”, um simples curativo na ferida ocasionada por um sistema de produção alimentar que está fugindo do controle. Talvez seja assim, e as soluções de longo prazo não estejam nas cidades que consomem, mas sim no campo que produz. Os camponeses e os pequenos proprietários por todo o mundo clamam a favor de uma reforma agrária enquanto a máquina de produzir alimentos de modo intensivo, baseada no capital, estraga mais terra e torna obsoletos mais mercados locais. Mas à medida que a luta dos camponeses segue adiante, talvez invisível ou alheia para a população urbana do mundo, os pobres marginalizados nas cidades e bairros não podem continuar esperando que se cumpram as promessas do desenvolvimento capitalista. Quando os preços dos alimentos chegam a alturas ridículas, pensar que o capitalismo lhes oferecerá frutos é uma fantasia que já não podem se dar ao luxo de pagar.

Um dos principais desafios desse movimento autônomo, que busca se livrar da agricultura industrial e da fome urbana, é encontrar um método de distribuição dos produtos agrícolas que passe ao largo dos supermercados e de todos os problemas que geram. É por isso que os mercados de hortaliças orgânicas nas favelas, que a Cidades Sem Fome promove, são tão importantes. Não é só porque colocam hortas e produtos orgânicos diretamente nas mãos daqueles que mais desesperadamente os necessitam; desempenham um papel de respaldo a esse valente distanciamento do sistema que destrói economias, habitats, e famílias.

1 Reardon, Thomas. *et al.* “Supermarkets in Africa, Asia, and Latin America.” *American Journal of Agricultural Economics*. V.85. No.5 (2003) 1144.

❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏ ❏

Uma panorâmica e muitas vistas

Histórias de leite

Nesta seção complementamos o significativo documento “O leite nas mãos das pessoas” com outras histórias que constata o avanço do controle corporativo, mas também as estratégias de resistência de todas e todos aqueles empenhados em empreender, consumir e apoiar uma produção de alimentos independente das grandes companhias. A maior parte dessas histórias provém do documento do GRAIN, “O grande roubo do leite. Como é que os ricos e poderosos roubam dos pobres uma fonte vital de nutrição e sustento”, www.grain.org

Leite sobre rodas no Quênia. Antes dos anos 1990, a coleta e fomento da produção de leite no Quênia eram controlados por uma companhia estatal. Suas regulamentações evitavam que o leite popular e seus derivados lácteos entrassem nos enormes circuitos comerciais.

Como parte dos programas de ajuste estrutural impostos ao país pelos organismos multilaterais que concediam empréstimos, nos anos 1990 a companhia estatal foi privatizada, o que levou ao seu colapso. As processadoras privadas não quiseram recorrer ao circuito de leite popular e começaram a importar leite em pó.

Em 2001 a importação de leite em pó aumentou extraordinariamente. As pessoas se irritaram. O governo elevou as taxas alfandegárias de 25% para 60%, mas nem mesmo esse aumento fez com que as grandes companhias leiteiras recorressem à cadeia de abastecimento popular.

A cadeia leiteira popular mobilizou-se e assumiu a coleta e o abastecimento do leite local. Hoje, uma cadeia em nível nacional, formada por camponeses e vendedores em bicicleta proporciona entre 80 e 86% do leite que circula no país (45% da produção nacional vai para a própria subsistência). Cerca de 800 mil estabelecimentos camponeses ganham seu sustento através da cadeia leiteira popular do Quênia. Cerca de 350 mil pessoas são empregadas diretamente na coleta do leite, em seu transporte, processamento e venda. Produtores e consumidores beneficiam-se do sistema. Os produtores obtêm um preço pelo seu leite que é, na média, 22% mais alto do que o pago pelas grandes processadoras de laticínios. Os consumidores pagam por um litro de leite popular, no máximo, a metade do que custaria um litro das companhias leiteiras.

Em 2010, no meio da recente crise alimentar nacional, houve um pico de produção de leite. A produção ultrapassou a demanda das processadoras, que continuaram importando leite em pó a preços baixos nunca vistos. Os preços que as processadoras pagavam despencaram e os produtores comerciais que as abasteciam começaram a jogar fora seu leite e a sacrificar seus animais. Muitos quebraram, impossibilitados de pagar suas dívidas.

Durante todo o período, os preços dentro da cadeia leiteira popular mantiveram-se estáveis.

As companhias de laticínios, nacionais e estrangeiras, não gostam dessa concorrência da cadeia leiteira popular. O Quênia é um mercado leiteiro significativo, com potencial para exportação para outros países africanos. A cadeia leiteira popular está, conseqüentemente, sob constante ameaça, não só pelos tratados de comércio que poderiam abrir o país às exportações baratas de leite em pó, mas também pelas medidas encabeçadas pela indústria para demonizar esse leite como insalubre. *Andrew M. Karanja, The dairy industry in Kenya: The post-liberalization agenda, 2003.*

O “leite ruim” da União Europeia. Os laticínios são responsáveis por um quinto de toda a produção agrícola da União Europeia, e cerca de 20% da produção mundial de leite é consumida na União Europeia. Apesar disso, sua produção leiteira atravessa uma profunda crise.

O número de estabelecimentos leiteiros na União Europeia caiu 80% desde 1984, e os últimos anos foram particularmente brutais. Euskal Herria, a chamada Comunidade Autônoma do País Basco, na Espanha, por exemplo, perdeu 60% de seus estabelecimentos leiteiros entre 2002 e 2010. Os camponeses contestam as políticas da União Europeia que fizeram desabar os preços pagos pelo leite a níveis muito abaixo dos custos de produção.

As políticas leiteiras na União Europeia promovem um sistema de altas taxas alfandegárias, quotas de produção e subsídios. Antes, apoiavam os preços mas agora há um esquema de pagamentos diretos aos produtores. Supõe-se que os subsídios à exportação foram suspensos, mas a União Europeia pode reinstaurá-los. Esses subsídios vão principalmente para as grandes processadoras.

Organizações como a Via Campesina Europa sustentam que a União Europeia e seus estados membros manipulam as quotas visando que a oferta sempre exceda à demanda. Isso permite que as processadoras reduzam o preço na porta do tambo para abaixo do custo de produção, e que os laticínios europeus sejam vendidos a preços competitivos no mercado internacional. Os produtores sobrevivem com preços tão baixos unicamente porque recebem pagamentos diretos do governo que, em grande parte, beneficiam os estabelecimentos maiores. Na União Europeia, três quartos dos pagamentos diretos vão para um quarto dos estabelecimentos leiteiros. *Coodenação Europeia da Via Campesina, “La réforme de la Politique Agricole Commune n’aura pas de légitimité sans plafonnement des paiements directs !”, 21 de março de 2011*

De cooperativa a corporação. De todas as mercadorias agrícolas de exportação, os laticínios são os mais frágeis. Têm uma vida de armazenamento muito curta e requerem um manejo cuidadoso. O leite cru é muito ativo biologicamente e contém uma riqueza de organismos vivos, capazes de coisas assombrosas ou de grande nocividade, dependendo das circunstâncias.

A “delicadeza” do leite colocou os produtores de laticínios em uma posição difícil uma vez que em alguns países os produtores leiteiros, individualmente, não tinham a opção de reter seu leite para obter um preço melhor no mercado. Para aguentar, surgiram as cooperativas. As

primeiras cooperativas organizaram-se no século 19, e se expandiram até se tornarem, em alguns países produtores, a forma dominante de coletar leite para as processadoras industriais.

Apesar de o movimento de cooperativas leiteiras ter surgido como resposta ao controle corporativo, muitas cooperativas de hoje tornaram-se grandes companhias leiteiras. O Grupo Lala, do México, por exemplo, estabeleceu-se nos anos 1940 como uma cooperativa de pequenos produtores familiares na região de La Laguna. A cooperativa cresceu quando foi introduzida uma legislação federal que proibiu a venda de leite não pasteurizado e um programa governamental que tentou consolidar distritos leiteiros especializados. Mas os pequenos produtores foram marginalizados desse crescimento. Hoje, a cooperativa é controlada por cerca de 150 estabelecimentos leiteiros muito grandes, que utilizam água de forma intensiva. Isso acarreta toda a sorte de problemas para as comunidades camponesas vizinhas. O Grupo Lala agora está crescendo rapidamente no estrangeiro. Em 2009, comprou a processadora de laticínios norte-americana National Dairy, o que a converteu na segunda maior companhia nos Estados Unidos e a quinta maior do mundo. *Luis Hernández Navarro, La Jornada: “La Laguna: la nueva guerra por el agua” (12 de novembro de 2004), Manuel Poitras, “The concentration of capital and the introduction of biotechnology in La Laguna dairy farming”, Sociedades Rurales, Producción y Medio Ambiente, 1, 2000.*

Produtos de leite para os “subgrupos”. No Paquistão, as crianças das cidades bebiam leite integral fresco, ao invés do leite em pó NIDO, da Nestlé. A companhia realizou uma pesquisa de mercado: “Apenas 4% das 21 milhões de crianças do Paquistão urbano consumiam produtos de leite NIDO, principalmente nas famílias mais abastadas”. Como havia altas taxas de deficiência de ferro entre as crianças paquistanesas (30%), a companhia entendeu que fortificando seu produto de leite em pó NIDO com ferro – e investindo grandes somas em anúncios de televisão e em campanhas educativas – poderia convencer as mães pobres que NIDO era uma melhor opção para a saúde de suas crianças. Em 2009, ao lançar a nova campanha de marketing, as vendas dispararam e aumentaram 5 vezes nesse ano.

O NIDO, que a Nestlé anuncia como “leite nutritivo para as crianças em crescimento” é um dos produtos “Produtos Posicionados Popularmente” da companhia (PPP). Esses são produtos que a Nestlé fabrica para a metade do mundo que classifica como “pobre” ou de “poucos gastos com alimentos”. “Os PPP são direcionados à maior base de consumidores, de maior crescimento nos mercados emergentes e a subgrupos dos mercados desenvolvidos”, diz a Nestlé. A Danone, Kraft e General Mills (as três maiores companhias de laticínios) também têm uma série de produtos baratos direcionados aos pobres.

As companhias conseguem fazer com que esses produtos sejam baratos utilizando ingredientes comuns. Eles são projetados para afastar os bebês do peito materno e para afastar as pessoas do leite fresco (de fontes locais) e de seus produtos frescos, como o iogurte e o queijo. Procuram fazer com que as pessoas comprem laticínios elaborados com ingredientes industriais extraídos de diversos locais do mundo. Uma das práticas mais comuns é utilizar pó de leite desnatado ao invés de leite fresco, e depois reconstituí-lo com óleo de palma e outros óleos vegetais baratos. No México, onde o pó de leite desnatado dos Estados Unidos domina o mercado dos laticínios, o processo é conhecido como “filling” [enchimento], e assim se substitui até 80% da gordura do leite ao elaborar alguns produtos. Os países em desenvolvimento absorvem quase todas as importações de pó de leite desnatado.

É comum a Fonterra, que se apoia fortemente na reputação global que a Nova Zelândia tem por seu leite de qualidade, misturar seu leite em pó com óleo vegetal nos produtos que elabora para os consumidores pobres. “Se alguém pode fazer um produto que tenha uma parte substancial da nutrição de um pó de leite integral – mas com um custo básico diferente e um menor preço por unidade – há um mercado para isso”, diz Mark Wilson, diretor administrativo do braço da multinacional Fonterra no Oriente Médio e Ásia.

As grandes companhias gastam significativas somas de dinheiro para influenciar a demanda por seus produtos processados. No nordeste brasileiro, que é pobre, a Nestlé e a Danone contrataram empresas de relações públicas que as ajudam a buscar estratégias locais para atrair os consumidores pobres. A Nestlé tem um programa chamado “Até Você”, no qual os vendedores vão de porta em porta com caixas contendo biscoitos, laticínios, iogurte e sobremesas. Segundo a revista de publicidade, *Adage*, “Os vendedores estão treinados para atuar como consultores em nutrição que auxiliam os consumidores a entender o que é comer saudavelmente”. *B. Kris Schulthies e Robert B. Schwart, “The US-Mexico Free Trade*

Agreement: Issues and implications for the US and Texas dairy industry”, *TAMRC, agosto de 1991. Pro-poor Livestock Policy Institute, “Developing Countries and the Global Dairy Sector” Part I Global Overview, 2005. <http://adage.com/article/global-news/brazil-s-northeast-land-laziness-china/228070/>*

O leite materno não tem comparação. Se uma multinacional desenvolvesse um alimento delicioso, balanceado, que funciona também como medicamento milagroso para curar e evitar doenças, com um custo de produção incrivelmente baixo, fornecido segundo as necessidades de quantidade e temperatura do consumidor, os inventores ganhariam prêmios Nobel, riqueza e prestígio. As mulheres têm produzido essa substância milagrosa, o leite materno, desde a aurora da humanidade, mas as fórmulas para bebês têm sido um êxito de marketing graças à destruição sistemática da amamentação, da alimentação através do peito materno.

Se todos os bebês que nascem no mundo recorressem desde o início à alimentação por mamadeiras, os lucros anuais das companhias que fabricam o leite substituto aumentaria em mais de 5 vezes. E é esse o mercado que elas estão atrás. Entre as famílias pobres do planeta (3/4 da humanidade) a aquisição de fórmulas, mamadeiras e esterilizadores drena um terço de seus ganhos. Na ilusão de nutrir o bebê, se empobrecem e desnutrem todos os demais. Quanto mais o leite artificial é aceito, mais crescem os lucros dos fabricantes. A fórmula para bebês é o alimento mais caro nas compras cotidianas de qualquer família, rica ou pobre. Na Nigéria, a quantidade diária sugerida custa mais de 2,5 salários mínimos por mês. Em Uganda chega a custar 9 salários mínimos. Defender e promover radicalmente o leite materno é tão importante como lutar contra as falsas soluções ao aquecimento global e pela defesa da agricultura camponesa. *Gabrielle Palmer. The Politics of Breastfeeding. Pandora Press, UK, 2000.*

“Como vender saúde e bem estar”. Associar-se com o nutritivo é de suma importância para as grandes companhias leiteiras. Um terço dos 300 bilhões de dólares do mercado global de laticínios está classificado como de “saúde e bem estar”, segundo a Euromonitor International. A Danone controla 5,8 bilhões de dólares desse submercado, seguida pela japonesa Yakult (da qual a Danone é dona de 20%) com vendas de 3,2 bilhões de dólares. A Nestlé tem vendas de 2,8 bilhões.

Os mais importantes desses produtos “saúdáveis” são os iogurtes “probióticos” que começaram no Japão, onde é divulgado como podendo ser consumido por pessoas com intolerância à lactose. Hoje, a publicidade dos iogurtes probióticos menciona uma suposta relação com todo o tipo de benefícios à saúde: desde reforçar a imunidade das crianças até diminuir o colesterol dos adultos. A Danone tem uma bebida de iogurte que se presume “nutre” a pele. Estima-se que o valor do mercado de probióticos chegue aos 32 bilhões de dólares até 2014, e a Ásia dará conta de um terço do mesmo.

Com os probióticos, a Danone conseguiu aumentar seus lucros na Ásia e nos estagnados mercados da Europa e América do Norte. A companhia tem o maior banco de bactérias lácticas do mundo, com 3.600 cepas, e aplica nos probióticos a metade dos 164 milhões de euros de seu orçamento de pesquisa e desenvolvimento. Todas os tipos de bactérias que identificam como de interesse são patenteadas imediatamente e lhes é atribuída uma marca.

Uma boa percentagem do orçamento que a Danone destina à pesquisa é investida em produzir informes científicos que respaldem seu marketing.

No entanto, as autoridades do Reino Unido forçaram a Danone a retirar um anúncio de Actimel, um de seus produtos mais vendidos, alegando que era enganoso afirmar que está “cientificamente provado [que este iogurte probiótico] ajuda a reforçar as defesas das crianças” – apesar da montanha de dados clínicos que a Danone apresentava.

Não muito depois, a Food Safety Authority (EFSA) negou-se a corroborar as afirmações da Danone que o Actimel podia reforçar a proteção do corpo contra doenças. E também não confirmou que o outro grande êxito de vendas, o iogurte Activia, facilitava a digestão das pessoas. *Marketsandmarkets: Global probiotics market worth US\$32.6 billion by 2014 www.marketsandmarkets.com. www.france24.com*

A expansão para a China. A neozelandesa Fonterra sabe que a Nova Zelândia pode abastecer apenas uma parte da produção global de leite. Assim, para continuar crescendo, aposta em estimular a produção nos mercados importantes e a promover novos centros

potenciais para a produção visando exportação, como o Chile. A estratégia da Fonterra começou na China, o maior mercado da companhia para suas exportações de leite em pó.

A Fonterra espera que o mercado de laticínios na China cresça de 25 bilhões para mais de 70 bilhões de dólares até o final da década, e sabe que apenas uma pequena fração desse aumento no consumo será abastecida pela Nova Zelândia. É por isso que a companhia investiu agressivamente para abastecer-se de leite em nível local. Sua primeira incursão foi investir 200 milhões na San Lu Dairy, da China, que deu à Fonterra 43% da propriedade e três assentos no conselho diretor. Entretanto, em 2008, a San Lu esteve implicada no escândalo da melamina que matou 6 bebês e causou enfermidade grave em outros 300 mil. A companhia se declarou em falência e a Fonterra teve que manobrar para se distanciar de qualquer responsabilidade.

Por irônico que pareça, a partir de então dispararam as importações de leite em pó neozelandês para a China, e a Fonterra utilizou o escândalo como desculpa para construir com rapidez seus próprios estabelecimentos de produção de leite no país, com os quais conseguiu colocar as mãos na produção local. A verdade é que a Fonterra já planejava construir suas granjas na China antes do escândalo.

Os estabelecimentos que a Fonterra constrói na China pouco têm a ver com os tipos de tambos que seus donos granjeiros operam na Nova Zelândia. Os plantéis chineses são cercados que alojam, em média, 94 vacas por hectare, mas há uma intensa oposição local a que se estabeleçam criatórios industriais no país, inclusive com densidades e tamanhos muito menores que os estabelecimentos da Fonterra na China. “Due diligence urged over Fonterra’s Chinese operations”, *Federated Farmers*, 4 de fevereiro de 2010

Dairy Partners of Americas (DPA) é uma empresa conjunta da Nestlé com a Fonterra que também cuida das operações leiteiras de ambas as companhias na Argentina, Colômbia e Equador. A DPA é a maior empresa de laticínios do Brasil e consegue seu leite de cerca de 6.500 produtores. Outros milhares abastecem a companhia através de cooperativas. Mas a Fonterra já dá passos para estabelecer seus próprios plantéis e, assim, abastecer a DPA. Em 2011, a companhia comprou 850 hectares de terras agricultáveis no estado de Goiás, onde vai construir um enorme estabelecimento “piloto” para pesquisar “se as ofertas internas de leite líquido são comercialmente viáveis”. Segundo Kevin Murray, diretor comercial das operações latino-americanas da Fonterra, esse primeiro estabelecimento abastecerá 1% dos 2 bilhões de litros de leite que a DPA coleta anualmente no Brasil. O estabelecimento leiteiro da Fonterra será apenas um dos vários plantéis que os investidores da Nova Zelândia, alguns deles produtores para a Fonterra, montaram recentemente no Brasil. “Fonterra looking to milk Brazilian dairy market”, *Just Food*, 27 de maio de 2011; *New Zealand Trade and Enterprise*, “Dairy Market in Brazil”, outubro de 2010

Na Índia, a Fonterra associou-se com uma cooperativa de fertilizantes e de agricultores, a Indian Farmers Fertiliser Cooperative, e uma nova empresa chamada Global Dairy Health (GDH) para construir um estabelecimento piloto de 13 mil vacas em 65 hectares de terra numa Zona Econômica Especial, perto de Nellore, Andhra Pradesh. As companhias já trabalham num estudo de implantação, com planos de começar as operações em março de 2012. Se o acordo for adiante, as empresas verão a possibilidade de desenvolver mais granjas desse tipo na Índia.

A GDH é um exemplo da nova geração de donos de estabelecimentos leiteiros corporativos. Com o respaldo de uma das maiores plantações de chá na Índia, o grupo Apeejay, administrada por ex-executivos do Rabobank (o banco agrícola com sede na Holanda), a empresa tem a ambiciosa agenda de se apoderar de um grande segmento da produção leiteira na Índia – que é a maior do mundo. O plano da companhia é construir 100 estabelecimentos leiteiros de grande escala (de 3 mil vacas cada um) em toda a Índia num prazo de 10-15 anos. Começará com oito dessas granjas industriais, “para provar que esse tipo de estabelecimento leiteiro em grande escala funciona na Índia, para depois vender franquias do modelo”. O plantel leiteiro da Fonterra-Iffco será o primeiro da companhia, mas logo virão outros dois.

A GDH tem o respaldo do YES Bank, um banco agrícola da Índia criado pelo Rabobank. O planejamento e administração das granjas será feito por empresas e universidades holandesas.

É essa mescla de dinheiro de elites nacionais e estrangeiras o que faz desse impulso de mega-estabelecimentos leiteiros algo tão letal para a cadeia de leite popular. A GDH não tem

inibição em dizer que seu objetivo é se apoderar dos mercados de laticínios no Sul que atualmente são abastecidos pelo “setor desorganizado”. O mesmo ocorre com a Cargill, a maior empresa do mundo em alimentos e agronegócios, que, através do fundo de cobertura do Black River Asset Management, tenta estabelecer “unidades produtoras de leite ao estilo ocidental”, na Ásia. Rich Gammill, diretor administrativo da Black River, disse que as granjas custarão uns 35 milhões de dólares cada uma e “manejarão de 5 mil a 8 mil vacas em áreas que dependeram, em grande parte, da produção leiteira dos camponeses”. Segundo Gammill: “Estamos muito acostumados com a eficiente produção alimentar dos Estados Unidos, mas na China e na Índia muitos dependem de seus agricultores camponeses. Não é um sistema ótimo nem eficiente e é insustentável no que se refere a atender a demanda. *Presentación de GDH* http://dairytechindia.in/seminar/GDH_Vision_and_Business_Plan.ppt

O mercado de laticínios está em expansão no Vietnã, mas os produtores leiteiros do país, 90% dos quais produzem sob contrato com as processadoras, se viram obrigados a reduzir seus rebanhos porque as processadoras os obrigam a aceitar preços abaixo dos custos de produção. Para atender à crescente demanda, as processadoras estão importando mais leite em pó e investem em seus próprios estabelecimentos. A TH Milk, uma companhia que há pouco foi estabelecida pela empresária vietnamita, Thai Huong (diretora de um dos bancos privados mais importantes do país), está em processo de construir o maior estabelecimento leiteiro da Ásia, no distrito Nghia Dan, no Vietnã. Já foram importadas 12 mil vacas da Nova Zelândia, e a cada 50 dias são embarcadas outras mil vacas. A companhia busca contar com 45 mil vacas e uma planta com capacidade de 500 milhões de litros anuais em 2012. Até 2017, seu objetivo é contar com 137 mil vacas em seu estabelecimento, que produzam 30% do consumo nacional de leite. A operação completa é instrumentada e administrada pela companhia israelense Afimilk. “Milking it in Vietnam”, *Financial Times*, 17 de março de 2011

No Egito, os maiores estabelecimentos leiteiros do país são de propriedade da Dina Farms, uma companhia de laticínios estabelecida por uma das empresas de capital privado, Citadel Capital. A granja está localizada no deserto, saindo da rodovia principal entre o Cairo e Alexandria. Conta com 7 mil vacas leiteiras. A Citadel quer aumentá-las para 12 mil, em 2012. Outros grandes investidores em laticínios também vão para o deserto. A Danone está em processo de construir uma mega-granja ali, sua segunda operação em grande escala depois de construir uma no deserto da Arábia Saudita. “Participar na organização de granjas enormes é a nova diretriz para nós”, diz o diretor da Danone, Jean Christophe Laugée. É também algo novo para a PepsiCo, que somente a poucos anos começou a mover-se fortemente em relação a laticínios. A subsidiária da PepsiCo, a International Dairy and Juice Ltd (IDJ), comprou a companhia egípcia Beyti, em 2010, absorvendo sua granja leiteira de grande escala. A PepsiCo tem a IDJ em conjunto com a gigante saudita dos laticínios, a Almarai, que opera seis mega estabelecimentos leiteiros no deserto saudita, e mantém 100 mil vacas, ou dois terços do gado leiteiro do país, bem como um estabelecimento na Jordânia, que agora é parte da IDJ.

Construir estabelecimentos leiteiros que requerem enormes quantidades de água no meio do deserto parece uma loucura. Ainda mais porque as granjas planejam extrair suas futuras necessidades de água do Nilo, cujo rápido esvaziamento já é uma fonte de tensões entre muitos dos países africanos que dependem dele para produzir alimentos. “Não me preocupa a escassez de água do Nilo”, diz o doutor Mohamed Waeed, um dos administradores da Dina Farms. “Sei que os etíopes querem usar mais água do Nilo. Mas não trabalho com eles. Estive lá, é um país tão montanhoso que não há espaço para uma agricultura extensiva. Não, o futuro da agricultura no norte da África está no deserto egípcio. Quem sabe, talvez nos convertamos nos grandes exportadores de laticínios e produtos agrícolas da região”. *Global Investment House*, “Almarai Company”, março de 2009. Jeroen Kuiper, “Egypt’s biggest dairy farm”, *Disputed Waters*, 17 de março de 2011

No Uruguai, o investimento estrangeiro no processamento de laticínios e nos “tambos” está em expansão. Entre os investidores incluem-se a Bom Gosto Brasil, a fornecedora de cadeias de *fast food* em nível global, Schreiber Foods dos Estados Unidos, a Cresud da Argentina, a Inslacsa do México, e o Grupo Maldonado da Venezuela, associado com a Fonterra e a Nestlé. A Bom Gosto e a Schreiber por si só administram uma quarta parte da produção de leite uruguaia. O advento do investimento estrangeiro tornou o Uruguai um dos

principais centros de exportações de laticínios. Hoje são exportados dois terços dos laticínios uruguaios, principalmente para o Brasil, Venezuela e México.

Mas se a produção cresce, decrescem com rapidez o número de estabelecimentos e a área dedicada à produção leiteira, o que significa que ocorre uma maior concentração. Os estabelecimentos com mais de 500 hectares agora representam 5% de todos os estabelecimentos leiteiros e respondem por 28% da produção nacional de leite. Muitos desses grandes estabelecimentos estão nas mãos de investidores estrangeiros, como a New Zealand Farming Systems Uruguay, fundada por um grupo de investidores neozelandeses até ter sido absorvida pelo Olam Group, de Singapura, em 2011. As 31 granjas leiteiras da companhia produzem cerca de 70 milhões de litros por ano, mas ela planeja adquirir mais estabelecimentos para aumentar a produção para 300 milhões de litros nos próximos anos. Isso é cerca de 20% da produção total de leite do Uruguai. “Agazzi: um mala leche”, *El Muerto Blog*, 21 de junho de 2009.

O ataque frontal ao leite popular empreendido pelos Grandes do Setor de Laticínios está sempre envolto por palavras positivas manifestadas por seus promotores. É típico que o descrevam como uma modernização, como um caminho rumo a estabelecimentos mais produtivos e a laticínios mais seguros. As frases são repetidas por funcionários de governo e, inclusive, abraçadas por algumas ONGs e doadores que buscam oportunidades para “aliviar a pobreza” num mar de destruição de modos de vida e de sustento. Se não for cuidadosamente desconstruída, a retórica pode criar confusão e complicar a resistência das pessoas. A chave para o êxito do movimento do leite popular na Colômbia, por exemplo, foi confrontar com clareza os mitos que a indústria propõe.

Aurelio Suátey Montoya, diretor executivo da Associação Nacional pela Salvação Agropecuária, disse que a luta em favor do leite popular na Colômbia focou em três argumentos centrais para confrontar diretamente o governo e os Grandes do Setor de Laticínios em suas alegações que o livre comércio e a reconversão ao “setor formal” aumentariam a produção leiteira, gerariam empregos e proporcionariam leite mais barato e sadio. Os três argumentos são os seguintes:

1. *Realismo.* O sistema do leite popular (a chamada “cadeia leiteira popular”) abastece 83% do leite no país, o que faz a Colômbia autossuficiente em laticínios. As grandes companhias leiteiras não têm e não terão a capacidade de coletar e processar a maior parte dessa produção leiteira, e, portanto, dependerão das importações. Se for deslocada a cadeia leiteira popular, a produção leiteira nacional cairá e o país deixará de ser autossuficiente.

2. *Prática.* A cadeia leiteira popular proporciona meios de sustento a milhões de colombianos, aos camponeses produtores, aos vendedores e aos pequenos processadores de laticínios. Esses modos de vida e sustento não podem ser substituídos pelas grandes processadoras. O leite popular proporciona leite fresco a um preço acessível para milhões de famílias colombianas pobres que não podem pagar o leite mais caro processado pelas grandes companhias de laticínios. O leite popular é vendido por cerca de 55 centavos de dólar por litro e o leite pasteurizado dos supermercados é vendido por 1,40 dólar por litro.

3. *Não é ruim.* A cadeia leiteira popular proporciona às pessoas um leite seguro, sadio, fresco e nutritivo. A confiança que esse sistema tem na cultura popular de ferver com fogo forte durante dez minutos antes de consumi-lo assegura sua inocuidade. Não há evidência de que a cadeia leiteira popular facilite surtos de doenças ou promova a adulteração do leite. *Aurelio Álvarez, comunicación personal con Devlin Kuyek, de GRAIN.*

❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖ ❖

Ataques, políticas, resistência, relatos

Estamos a caminho de um novo ciclo de revoltas relacionadas com a alimentação?

Apesar das más safras na Rússia e na Europa Oriental, a colheita mundial de cereais de 2010 foi calculada em 2,23 bilhões de toneladas, a terceira maior da história. O consumo de cereais desse ano foi de 2,26 bilhões de toneladas. Esse pequeno déficit de cereais não deveria representar um verdadeiro problema, pois, segundo dados da FAO, no começo do ano havia mais de 500 milhões de toneladas de reservas de cereais, mais do que suficiente para cobri-la, com folga.

Parte do paradoxo da crise alimentar é que a escassez de alimentos é *relativa*, como salienta o diretor do Instituto Oakland: “Não se pode usar a palavra escassez se considerarmos que mais de um terço dos cereais produzidos no mundo são usados como alimento para animais, e que uma parte cada vez maior é utilizada para fazer agrocombustíveis”¹. O novo destino de boa parte do volume mundial de grãos, junto com a especulação lançada com base nas más colheitas de trigo, provocou um aumento nos preços mundiais dos alimentos desde meados de 2010.

Talvez a principal razão dessa escalada de preços seja a especulação alimentar, pois em 2010 o volume dos mercados futuros de “matérias-primas alimentares” aumentou 23% na principal bolsa de valores agroalimentar do mundo: a Chicago Mercantile Exchange.² O aumento especulativo, sugere Jalife-Rahme, somou-se à inflação generalizada pela recente injeção de dinheiro da Reserva Federal dos Estados Unidos. Ambos os movimentos traduziram-se no que se começa a se conhecer como *agflação* (inflação injustificada dos produtos agropecuários). Em fevereiro de 2011, a FAO relatou que, em janeiro, o índice para os preços de alimentos alcançou um novo recorde histórico: aumentou pelo sétimo mês consecutivo, e alcançou uma média de 231 pontos, 3,4% a mais do que em dezembro de 2010 e o mais alto (em termos reais e nominais) desde 1990, data em que se começou a medir.

Os “países da periferia” foram os que mais sofreram tais aumentos. Segundo dados recolhidos pela imprensa, a ONU reconhece que em 2010 gastou-se mais de um trilhão em importações de alimentos, e os países pobres tiveram que pagar por eles 20% a mais do que em 2009.³ Jalife-Rahme afirma que a venda de alimentos já se converteu no quarto maior negócio do mundo, depois do petróleo, do narcotráfico e da venda de armas.

O Parlamento Europeu reconhece que cerca de 50% dos recentes aumentos dos preços alimentares deve-se à especulação. Os euro-deputados, inclusive, enviaram uma petição ao G-20 para que tome medidas contra a especulação e estude a possibilidade de conferir à Autoridade Europeia de Valores e Mercados (AEVM) competências mais amplas, para impedir as manipulações e os abusos em tais mercados, [e] garanta que a negociação com derivados sobre matérias-primas alimentares restrinja-se, dentro do possível, aos investidores diretamente vinculados aos mercados agrícolas”.⁴

Ainda que seja difícil determinar com precisão outras causas do aumento dos preços em 2010, informes recentes sugerem que tais aumentos também se deveram ao crescimento de alguns cultivos estratégicos para servirem como matérias-primas para elaborar agrocombustíveis. Essa tendência já vinha ocorrendo há alguns anos. Subvencionar agrocombustíveis teve como consequência que 100 milhões de toneladas de cereais fossem excluídas do setor alimentar em 2007; entre 2002 e 2008, 75% do aumento dos preços dos alimentos foi devido ao desenvolvimento dos agrocombustíveis; o aumento dos preços da energia e dos adubos seria responsável por somente uns 15% do aumento global de 140% nesse período. Segundo um relatório do Banco Mundial, não publicado, mas que vazou para a imprensa e citado por Toussaint e Millet⁵, “a produção de biocombustíveis desordenou o mercado dos produtos alimentares de três maneiras principais: a produção de trigo é dirigida ao etanol e não à alimentação; atualmente, quase um terço do milho que é produzido nos Estados Unidos é utilizado para produzir etanol; e cerca da metade dos óleos vegetais (colza, girassol e outros) para biodiesel. Essa dinâmica altista atraiu a especulação sobre os cereais.

Segundo dados obtidos pelo Earth Policy Institute, “das 416 milhões de toneladas de cereais que foram colhidas nos Estados Unidos em 2009, 119 milhões foram destinadas a destilarias de etanol, o que é suficiente para alimentar cerca de 350 milhões de pessoas durante um ano”.

Outras causas que poderiam estar pressionando a alta dos alimentos são o aumento da intensidade das secas, a erosão do solo, o esgotamento dos aquíferos, a redução da superfície de área irrigada em alguns lugares do mundo, o derretimento dos glaciares e a conversão de terras agrícolas para outros usos.

Seja como for, a combinação da crise agrária de longo prazo e a explosão desenfreada da especulação alimentar, bem como o recente *boom* na grilagem legal de terras em escala global⁶, estão levando ao limite as condições de sobrevivência de milhões de seres humanos na periferia do mundo. Já em setembro de 2010 verificaram-se revoltas pelo acesso ao pão em Moçambique; no final desse ano houve protestos na China pelos altos preços dos almoços para estudantes secundários, e na Argélia pelo aumento dos preços da farinha, do leite e do açúcar.⁷

Mas foram novamente os países da África do Norte (e alguns do Oriente Médio) os que mais resistiram à inflação alimentar, pois, como reconhece um estudo publicado pela FAO no final de 2010:

Para satisfazer suas necessidades internas, os países da África do Norte dependem sobremaneira das importações de trigo do mercado internacional, sendo o **Egito** o maior importador mundial, pois importou aproximadamente 10 milhões de toneladas de trigo no período comercial 2009/10 (julho/junho). A **Argélia**, o **Marrocos** e a **Tunísia** importaram cerca de 4,7 milhões de toneladas, 2 milhões de toneladas e 1,4 milhão de toneladas, respectivamente, apesar das colheitas abundantes obtidas em 2009. É previsto que em 2010/11 os volumes das importações sejam muito maiores nos países afetados, este ano, por uma safra reduzida.⁸

Durante o primeiro trimestre de 2011, as rebeliões sociais na África do Norte e no Oriente Médio (Tunísia, Egito e Líbia de forma mais generalizada; Argélia, Marrocos, Bahrein, Yemen, Omán, Jordânia, Kuwait e Arábia Saudita, com menor força até o momento) voltaram a colocar na mesa o debate sobre a crise agroalimentar.

Mesmo levando em conta a complexa trama das causas que desembocaram na derrocada dos ditadores tunisiano e egípcio e nos levantes populares no resto dos países da região, está cada vez mais claro que o aumento desmedido do preço dos alimentos no final de 2010 e início de 2011 teve um papel importante na explosão da ira popular, como reconhecem alguns observadores:

A maioria dos países africanos depende, hoje, da importação de alimentos, enquanto os estados árabes, com o Egito na ponta, já se consolidaram como os maiores importadores de cereais do mundo. Na Tunísia, Argélia e Egito os lares devem investir de 40 a 50% de suas rendas na compra de alimentos, de forma que o “boom” dos preços de 20 a 25% que se viveu a partir de novembro quase não conseguiu ser absorvido. Muito menos por uma população bastante jovem que padece de um insuportável desemprego. Sem trabalho não há salário, pouco pão e ainda menos carne.⁹

Krätke nos recorda os trabalhos pioneiros de historiadores como E. P. Thompson que, sob o conceito de “economia moral da multidão” estudou sistematicamente o papel das crises alimentares nos sucessivos ciclos de revoltas da sociedade inglesa durante o Século XVIII. Como naquela época, os povos que hoje se rebelam o fazem por considerar intoleráveis governos que pouco ou nada fazem para conter os acelerados processos de deterioração das condições materiais de reprodução de suas vidas; governos que, pelo contrário, preferiram enfrentar com violência os protestos ao invés de assumir as demandas dos povos como válidas.

Miguel Ruiz Acosta

1 Deen, T. (2011). *Síntomas de una nueva crisis mundial*.
<http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=97310>

2 Jalife-Rahme, A. (2011). *El meganegocio de los cárteles alimentarios anglosajones*. Contralínea, 218. <http://contralinea.info/archivo-revista/index.php/2011/01/30/el-meganegocio-de-los-carteles-alimentarios-anglosajones/>

3 Jalife-Rahme, A. (2011). *La globalización financierista intensifica la hambruna global y sus revueltas*. La Jornada:
<http://www.jornada.unam.mx/2011/02/16/index.php?section=politica&article=024o1pol>

- 4 Informe do Parlamento Europeu 16.02.11:
http://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/expert/infopress/20110216IPR13780/20110216IPR13780_es.pdf
- 5 Toussaint, E. e Millet, D. (2008) “*Repaso de las causas de la crisis alimentaria mundial*”:
<http://www.cadtm.org/Repaso-de-las-causas-de-la-crisis>
- 6 Borras, S. e Franco, J. *La política del acaparamiento mundial de tierras. Replantando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia*, 2010. <http://farmlandgrab.org/wp-content/uploads/2010/12/La-pol%C3%ADtica-del-acaparamiento-mundial-de-tierras.pdf>
- 7 Deen, T. (2011). op.cit.
- 8 FAO (2010). *Perspectivas de cosecha y situación alimentaria*, 4.
<http://www.fao.org/docrep/013/al972s/al972s00.pdf>
- 9 Krätke, M. (2010). *Especular con el hambre: el mundo, ante la próxima crisis alimentaria*.
<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=112889>
- 10 Thompson, E.P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

Colômbia

Declaração do Congresso de Terras, Territórios e Soberanias

Cerca de 11 mil e quinhentos delegadas e delegados de organizações camponesas e de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, dos povos indígenas e afrodescendentes, de moradores urbanos, das organizações de vítimas de crimes de estado e de vítimas do desenvolvimento capitalista, nos reunimos em Cali de 30 de setembro a 4 de outubro de 2011 em defesa da vida e da Mãe Terra, para ratificar nossa vontade de trabalho e de mobilização conjunta, e continuar o processo de legislação própria sobre o território.

1. Viemos para defender a vida e a Mãe Terra. Comprovamos que o consumismo, o vício do petróleo, a destruição da natureza e a economia impulsionada pela guerra não são a única opção de vida. Os aqui presentes estamos construindo a alternativa: territórios governados pelas comunidades, relações sociais e de trabalho equitativas e igualitárias, economias sustentáveis onde impera o uso respeitoso dos bens da natureza, decisão autônoma sobre a produção de alimentos. Lamentamos que o governo e alguns meios de comunicação insistam em dizer que esses propósitos, e as mobilizações que realizamos para concretizá-los, sejam ameaças terroristas. O editorial do *El Tiempo* de 3 de outubro destaca que há um aumento sensível na mobilização popular; mas se equivoca ao ver uma presença insurgente por trás dessas ações. O uso rotineiro desse enfoque os impede ver que por trás da mobilização social está, na realidade, a resposta indignada das pessoas diante da destruição da natureza, da invasão dos territórios pelas indústrias extrativas, o despojo dos bens naturais, e a continuidade de uma estrutura agrária injusta.

2. Confirmamos duas teses: a profunda injustiça do sistema político e sócio econômico que rege a Colômbia, e a oposição do bloco político no poder para transformar esse modelo e se reformar a si mesmo. O país continua sequestrado pelas máfias e pela parapolítica; as ações que o governo nacional diz realizar para enfrentar esses setores evidenciam que não irá à raiz do problema – a persistência do latifúndio armado e sua aliança com a oligarquia industrial e financeira – e, ao contrário, utilizará a justa aspiração social de combater o paramilitarismo e o despojo de terras para ajustar ainda mais o modelo territorial às exigências do capital. Essa certeza ratifica que viemos dizendo: que não será nos espaços da institucionalidade que os setores populares encontraremos a resposta a nossas exigências pelos direitos; que nos cabe legislar e atuar por nossa própria conta para garanti-los; que devemos ir além de ser oposição política e construir por nosso lado e por nosso modo o país que sonhamos e queremos. Nossa intervenção em espaços governamentais para exigir o cumprimento das obrigações do estado frente aos direitos humanos só tem sentido se, ao mesmo tempo, nas comunidades construímos governo próprio e fortalecemos nossa capacidade de ordenar a vida e o território.

3. O conjunto das medidas legislativas e de políticas que os últimos governos vêm impulsionando ou pretendem levar a cabo nada mais é do que a agenda do capital nacional e transnacional, e se sintetizam na “privatização dos territórios”: tirar da sociedade e dos povos o direito de ordenar e governar seus espaços de vida e entregá-los ao capital privado. Essas medidas legislativas e as políticas são a conversão da Colômbia em uma mina a céu aberto, a imposição das chamadas “locomotivas do progresso”, a entrega do campo às Zonas de

Desenvolvimento Empresarial, a cessão do país à indústria mineira-energética, o estrangulamento dos rios e das águas, em suma, tornar a Colômbia uma zona franca de 200 milhões de hectares. Cada uma das lutas que nossos povos vêm empreendendo é para enfrentar este despojo. Em Saturbán (Santander) para que as decisões sobre a água sejam adotadas pelas comunidades que a bebem; em Quimbo (Huila) e Hidroituango (Antioquia) para que a escolha entre comida para as comunidades ou energia para as transnacionais seja uma decisão dos moradores e não das burocracias a serviço do capital; em Puerto Gaitán (Meta) para restituir ao país o patrimônio do subsolo; Em La Toma (Cauca) para que as comunidades afrodescendentes continuem mandando sobre suas fontes de vida; em La Colosa (Tolima) para continuarem sendo os donos de sua água e de sua vida; no norte do Cauca indígena, para que o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos não despoje aos povos de sua autonomia alimentar; em Bahía Málaga (Valle), Bahía Solano (Chocó) e Bahía Portete para que os portos não destruam a base alimentar das comunidades; em San Andrés para que os habitantes locais não sejam desterrados em sua própria terra; nas grandes cidades para que as zonas francas e os portos secos não sejam lugares proibidos para a população; em Teorama e El Tarra para impedir que a Mãe Terra seja profanada. Cada uma dessas lutas populares busca impedir a desterritorialização e o despojo.

4. Apesar de vítimas do desenvolvimento e do despojo, nossas comunidades passaram a ser defensoras da soberania que o Estado – que deveria ser seu garantidor – abandonou na feira da “confiança investidora”. A reativação das lutas sociais populares na Colômbia vem ocorrendo justamente pelo caminho de defender a Mãe Terra, os territórios e a soberania nacional. Trata-se de uma dinâmica similar em todo o mundo. A captura dos Estados pelos interesses privados despertou uma onda de indignação na Europa, América do Sul e Estados Unidos contra o despojo da economia e da vida pública. Todos eles reclamam, da mesma forma que nós, o direito de dirigir suas vidas, suas economias e seus países. Não duvidamos em dizer que somos parte deles, os indignados e indignadas do mundo.

5. Os povos, organizações e processos participantes adotamos mandatos temáticos e macrorregionais, e um mandato de mandatos sobre Terras, Territórios e Soberanias. Tratam-se de compromissos sérios na construção do novo país, adquiridos por organizações e processos que assumimos a responsabilidade de realizá-los. Entre eles consideramos de vital importância os seguintes:

- * Consolidar a unidade do movimento e as organizações populares para cuidar da Mãe Terra, defender os territórios e consolidar a soberania popular. O espírito unitário e fraterno que nos acompanha neste Congresso terá que convergir em um grande Movimento Social e Popular pela Terra, pelo Território e pela Soberania. Um primeiro passo é conformar um espaço de coordenação dos processos que incluímos nesses mandatos.

- * Cuidar a Mãe Terra e reconhecer os Seus direitos. Quem não cuida da Mãe Terra não a merece. E não a merecem os que destroem suas fontes de água para explorar ouro ou petróleo. Este Congresso manda proibir a grande mineração e a exploração petroleira desenfreada. Declara não grata e ilegal a presença em nossos territórios da Anglo Gold Ashanti, da BHP Billiton, da Xtrata, da Pacific Rubiales, da Cosigo Resources, da Smurfit Kappa, da Cemex, da Medoro Resources, da Grey Star (hoje Eco Oro Minerals Corp) e da Unión Fenosa, por sua participação direta em agressões às comunidades e aos territórios e por seu atentado sistemático à soberania nacional. Notificamos-lhes que, recorrendo ao direito ancestral de indígenas e afrodescendentes, aos direitos dos povos e da Mãe Terra, ao direito à vida e à paz, e às normas constitucionais e ao direito internacional dos direitos humanos, realizaremos ações pertinentes para impedir sua presença, para que saiam do país e sofram as devidas sanções.

- * Realizar – como organizações sociais populares – todas as ações políticas civis para construir um caminho à solução política do conflito armado. A guerra em nossos territórios altera profundamente a harmonia das comunidades e da natureza, e não é possível esperar melhorias nos direitos humanos se o conflito continua. O direito à paz só se cumprirá se a realizamos nós mesmos com a resistência à guerra, com a exigência aos atores armados para que respeitem o direito humanitário – em especial, a oposição a que o corpo das mulheres seja utilizado como botim de guerra -, e as ações diretas de desmilitarização de nossos territórios. O povo colombiano e todas as suas expressões sociais adotaremos uma

agenda de diálogos nacional e regionais no Congresso Nacional de Paz que terá lugar no próximo ano, para o qual nos convocamos.

* Aprofundar a liberação da Mãe Terra e a realização participativa da reforma agrária. Não permitiremos que no lugar dos grandes latifúndios do narcotráfico e do paramilitarismo, que devem ser desmantelados, instale-se o grande latifúndio dos conglomerados agroindustriais. Pelo contrário, essas terras – roubadas em centenas de anos de indígenas, camponeses e afrodescendentes – devem ser restituídas às nossas comunidades. Ocuparemos pacificamente o que por história e por direito nos pertence; ali onde podem se apresentar diferenças sobre os direitos territoriais de cada povo ou setor, recorreremos aos princípios da unidade e ao respeito interétnico para resolvê-las.

* Estabelecer as organizações sociais e comunidades como protetoras da água. A partir do exercício do governo próprio e autoridade, abordaremos o manejo, a gestão e a proteção das fontes de água, confrontando sua privatização e degradação que são produto da expansão da fronteira agrícola e mineira-energética, e do desenvolvimento de megaprojetos que ameaçam sua disponibilidade.

* Construir uma economia própria e articulada dos povos, não subordinada ao mercado global, que garanta a soberania e autonomia alimentares e os saberes associados às sementes, às plantas e aos alimentos. Vamos fortalecer as práticas de produção, transformação, intercâmbio e consumo culturalmente apropriadas, socialmente justas e em harmonia com a vida; não utilizaremos nem permitiremos agrotóxicos e transgênicos; impediremos a presença de agrocombustíveis, de plantações florestais e outros monocultivos que ameaçam nossa soberania territorial e alimentar.

* Realizar uma reforma territorial do país que englobe um ordenamento territorial urbano popular democrático das regiões, reconhecendo a diversidade e as diferenças tanto dos povos que habitam o interior dos territórios urbanos, como entre as cidades da Colômbia.

* Empreender todas as ações necessárias até que os responsáveis intelectuais e materiais pelo extermínio contra nossos povos sejam julgados. Recolhamos as sementes de vida, memória, verdade, justiça e reparação, semeadas pelas lutadoras e lutadores populares na defesa da vida e da Mãe Terra, e vítimas desse conflito.

* As crianças presentes no Congresso aprovaram um mandato adicional: consolidar espaços para que deliberem e suas contribuições sejam levadas em conta. O futuro do território está em perigo se não despertarmos seus corações e suas consciências para que o defendam. Obedecendo a sua palavra maior, geraremos sempre os espaços onde as crianças de nossos povos possam pensar e construir o país de seus sonhos.

Estes são os mandatos dos povos e das organizações populares. Os cumprimos. Nos mobilizaremos nas ruas e campos para torná-los realidade. Conclamamos a todos e todas a se comprometerem com eles, à intelectualidade a somar-se a esta construção de país, aos partidos políticos populares a acatá-los.

Cansados de obedecer. Cansados de ser consultados enquanto outros decidem. Queremos governar. Vamos governar em nossos territórios! A Mãe Terra é de quem a cuida, os territórios são dos povos, a soberania é popular. Cali, outubro de 2011

Um duvidoso Projeto de Implementação de um Marco Nacional de Biossegurança para a Costa Rica

Laura Orias Hidalgo. No dia 16 de junho passado, aconteceu a primeira reunião de trabalho desse projeto cuja convocação foi seletivamente estendida a vários setores, a grande maioria com o denominador comum de interesse comercial em relação aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), entre eles a subsidiária da Monsanto, a DL&P, e integrantes do projeto “Construção de Capacidade Multi-País para o Cumprimento do Protocolo de Cartagena” da Universidade da Costa Rica, administrado pelo Banco Mundial.

As organizações camponesas e indígenas, que repetida e abertamente manifestam sua preocupação com esse tema, não foram convidadas. O setor ecologista teve uma participação muito limitada e suas observações não foram levadas em consideração.

Um delegado do Ministério da Saúde manifestou o ressentimento na instituição sobre a indiferença com que a saúde é tratada no contexto da biossegurança. O Protocolo de

Cartagena é centrado unicamente no movimento transfronteira de OGM “e seus possíveis efeitos adversos na conservação e uso sustentável da biodiversidade”.

Diante da preocupação e inquietude do setor comercial pela difícil convergência entre os tratados de livre comércio (principalmente com os Estados Unidos) e o Protocolo de Cartagena, o gerente do Projeto de Implementação de um Marco Nacional de Biossegurança para a Costa Rica, e organizador do encontro, Jorge Madriz, respondeu que a nova iniciativa não implicaria na aprovação de leis que regularão ou dificultarão ainda mais a comercialização desses produtos. Isso evidencia a irresponsabilidade com a qual se pretende executar um marco supostamente “regulatório”. Afirmou que não necessariamente todo o Protocolo de Cartagena seria considerado – em referência ao artigo 27, de responsabilidade e compensação por danos, que poderia ser relegado. Essa posição é muito delicada, pois há escassa informação significativa dos efeitos adversos para o ambiente e para a saúde e um risco iminente de danos imprevisíveis. Chegou-se a sugerir que no lugar de uma legislação se trabalharia com orientações para a tramitação de solicitações de diferentes tipos de OGMs para instituições específicas, planejadas por um grande número de consultores muito bem pagos. A cada componente será destinado financiamento para pagar mais consultorias, uma forma já conhecida de esbanjar recursos.

A reunião terminou com os encarregados do projeto insistindo para que os assistentes assinassem de imediato uma carta compromisso e acordo. Os participantes consideraram que o mais responsável era conceder um prazo para apresentar o documento, e assim poder considerar suas implicações.

A Rede de Coordenação em Biodiversidade não assinou e nem assinará o acordo. Sua posição é firme: discorda profundamente com essa forma de manipular os processos que deveriam ser desenvolvidos com responsabilidade e em consenso. A Rede continuará seu trabalho de vigilância e denuncia esse censurável cenário.

Iniciou-se um juízo ético das transnacionais na Argentina

As grandes corporações transnacionais constituem um elo perdido chave das cadeias contemporâneas do neocolonialismo. São operadoras centrais do extrativismo, do saqueio dos bens da natureza, da destruição e da contaminação dos territórios e da vulneração dos direitos das populações.

O Juízo Ético das Transnacionais é promovido pelo projeto de “Resistências Populares à Recolonização do Continente” em articulação com coletivos e organizações populares de Nossa América.

O objetivo dessa proposta é dar início a um processo de justiça popular, tomando como casos emblemáticos algumas das grandes corporações transnacionais que atuam na Argentina, e expondo as políticas públicas e privadas que favorecem essa atuação, assim como seus responsáveis.

Tomamos como destaque o caso do Ingenio Ledesma, porque entendemos que é uma corporação de capitais nacionais, associada com capitais estrangeiros, que em sua ação reproduz as modalidades de acumulação de capital destruidoras das populações e da natureza.

Se a expropriação da Justiça faz parte da expropriação estrutural da ordem neocolonial presente, abrir um processo de Juízo Ético Popular contra seus principais operadores e cúmplices quer ser um ato contra-colonial, que contribua para abrir novos caminhos de emancipação futura.

Será uma instância na qual compartilharemos os saberes provenientes de diferentes campos da resistência popular, que poderá se aprofundar em diálogo com os distintos processos de investigação-ação e de educação popular que viemos desenvolvendo. O Juízo tem uma primeira instância em nível regional, com audiências realizadas na Patagônia, no NOA, e na Tríplice Fronteira, cujas conclusões e informação serão sistematizadas em um encontro em Buenos Aires entre 28 e 30 de outubro. As sentenças regionais já estão prontas.

O Tribunal Ético avalia a legitimidade e consistência das denúncias dos casos que são apresentados, e emite uma sentença que será remetida tanto às instâncias informativas e de comunicação, como a instâncias políticas e jurídicas que podem assumir um nível de intervenção política diante da devastação feita pelas corporações transnacionais.

O projeto propõe-se a trazer argumentos, materiais e ferramentas que fortaleçam os processos de resistência dos movimentos populares que sofrem de maneira especial as consequências dessas políticas.

As empresas que estão submetidas a escrutínio são: Barrick Gold , Minera La Alumbra, Agua Rica , Ledesma , REPSOL, Pan American Energy , Monsanto , Proyecto Navidad (Pan American Silver) , Proyecto Potasio Rio Colorado (Río Tinto/Vale) , Cargill , Alto Paraná, Microsoft , Telefônica e Google.

São considerados o perfil corporativo das empresas, seus antecedentes, a origem dos capitais, a composição acionária, o tipo de investimentos, as operações no mundo e as denúncias de violações no exterior, e o ano em que iniciou as operações no território.

Em relação aos territórios afetados são consideradas suas características, suas condições ecológicas e climáticas, sua biodiversidade; as populações que o habitam, sua economia e suas culturas locais; o número de habitantes, as taxas de natalidade, de mortalidade infantil, de expectativa de vida, de estrutura etária e de gênero. Também são levados em conta os principais meios de vida, fontes de trabalho, etc.

Um terceiro aspecto é o perfil da exploração radicada no território. De que tipo de exploração se trata, quais são as condições legais, políticas e culturais que favoreceram e/ou condicionaram seu estabelecimento; quais as características tecnológicas e econômicas gerais, as estratégias empresariais: seus *modus operandi* em relação às populações locais, ao sistema político – níveis territoriais (nacional, provincial, municipal) e funcionais (executivo, legislativo, judiciário) -, os meios de comunicação / igreja / sistema educativo (escolas, universidades, etc.). Dentro disso também deve ser considerada a criação de infraestrutura que permite o saque (como o IIRSA); os supostos ou reais projetos e programas comunitários, a suposta ou real responsabilidade social empresarial, as políticas de cooptação e de assistencialismo.

Finalmente, estão os impactos das atividades das empresas submetidas ao juízo ético: as consequências de suas formas de operar ou as projeções dessas consequências no caso de projetos; a violação dos direitos humanos em geral e dos direitos ancestrais dos povos originários (convênios e tratados ignorados e/ou violados em relação aos povos originários); a violação dos direitos da natureza, o saque dos bens comuns e a destruição dos territórios onde operam; as consequências na saúde das populações; os impactos sobre a soberania local, nacional e popular, a repressão, criminalização e judicialização do protesto social; os dispositivos de controle social; a militarização dos territórios em conflito. São parte dos efeitos os impactos culturais e simbólicos de suas formas de operar e de sua presença nos territórios, a violação dos direitos trabalhistas, as condições indignas de trabalho, a precarização, o trabalho clandestino, o trabalho escravo, o avassalamento das economias locais; um último aspecto, crucial diante do que ocorre no mundo, é a concentração, a privatização e a estrangeirização das terras.

Frente a isto, que respostas existem. Há que se considerar o surgimento de resistências populares e quem são os protagonistas, quais são as características da resistência, suas formas de luta, de organização e a busca de alternativas.

Integram a Promotoria Popular: Carlos Vicente. Darío Aranda. Enrique Chaparro. Hernán Scandizzo. Graciela Zaldúa. Horacio Machado Aráoz. José Massón. Lucrecia Wagner. Martín Becerra. Medardo Ávila Vázquez. Oscar Delgado. Patricia Agosto. Roxana Longo. Sebastián Korol. Asamblea Ciudadana Riojana / Comunidad diaguíta calchaquí-Tafí del Valle / Pro Eco / ASANOA / Asamblea del Algarrobo / Vecinos Autoconvocados de Andalgalá / CAPOMA / Coordinadora de ex trabajadores del Ingenio Ledesma / Coordinadora de ex presos políticos de Ledesma / Observatorio Petrolero del Sur / Confederación Mapuche de Neuquén / Unión de Trabajadores Desocupados-General Mosconi / Foro Ambiental y Social de la Patagonia / Movimiento Nacional Campesino e Indígena / Observatorio de Conflictos Mineros / Asamblea Popular por el Agua de Mendoza / Foperma (Foro Permanente por el Medio Ambiente) / FM La Tribu / Acción por la Biodiversidad

Integram o Tribunal Ético: *Argentina.* Adolfo Pérez Esquivel. Alcira Daroqui. Alejandra Ciriza. Andrés Carrasco. Carlos Pagano. José Seoane. Liliana Daunes. Javier Rodríguez Pardo. Marcelo Ruiz. Maristella Svampa. Mirta Antonelli. Nora Cortiñas. Norma Giarracca. Roberto Gargarella. *Brasil.* MST (Movimento dos Sem Terra). MAB (Movimento dos Afetados por Barragens). MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). *Colômbia.* Red Hermandad.

Chile. Lucio Cuenca (Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales). *Honduras.* Berta Cáceres (Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras-COPINH). *Paraguai.* Tomás Palau (Base Is). Conamuri. Serpaj Paraguay. *Uruguai.* Antonio Elías (Red de Economistas de Izquierda)

Convocantes: Acción por la Biodiversidad. Articulación Continental de Movimientos Sociales Hacia el ALBA-Capítulo Argentina. Asambleas Ciudadanas Riojanas. Asamblea El Algarrobo- Andalgala-Catamarca. Asamblea Popular por el Agua del Gran Mendoza. Asociación Civil PRO-ECO Grupo Ecologista-Tucumán. Asociación de Amigos del Río Chubut. Asociación Trabajadores de la Educación del Chubut-Atech. Asociación Docentes Universitarios-UNPSJB. Autoconvocados de Andalgala-Catamarca. BePe-Catamarca.CAPOMA-Jujuy. Caja Roja, Comunicación Popular-Neuquén. Cátedra Abierta de Pueblos Originarios-Universidad Nacional de la Patagonia, SJB, Trelew. Centro Cultural La Estrella de Neuquén. Centro de Investigación y Formación de Movimientos Sociales Latinoamericanos (CIFMSL). Central de Trabajadores de la Argentina (CTA). Colectivo de Comunicación Comunitaria "Palabra Abierta", Trelew. Colectivo Sumaj Kawsay. Comunidad Diaguita Calchaquí Tafi del Valle-Tucumán. Consejo Social de la UNPSJB. Cooperativa Cabure-i. Misiones. Coordinadora de ex Trabajadores de Ingenio Ledesma-Jujuy. Coordinadora de ex Presos Políticos de Ledesma-Jujuy. Equipo de Educación Popular Pañuelos en Rebeldía. Espacio Docente-Trelew. Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA). Feministas Inconvenientes. FM Alas de El Bolsón. FM La Tribu. Foro Ambiental y Social de la Patagonia. Foro Permanente por el Medio Ambiente de Neuquén (Foperma). Frente de Organizaciones en Lucha (FOL). Frente Popular Darío Santillán (FPDS). Fundación Ecosur-Ecología, Cultura y Educación desde los Pueblos del Sur-Sede Patagonia Norte. GRAIN. Grupo de Estudios sobre América Latina (GEAL). Juventud Rebelde 20 de Diciembre. Marcha Mundial de Mujeres-Argentina. Movida Ambiental-Santiago del Estero. Movimiento Antinuclear del Chubut (MACH). Movimiento de Izquierda Revolucionario. Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI). Observatorio Itinerante de los Pueblos y las Mujeres indígenas (CONAMI). Observatorio Petrolero Sur. Ormache (Organización Mapuche Warriache). Red Nacional de Acción Ecologista (Renace). Trabajadores de Parques Nacionales-Jujuy. Universidad Nacional de la Patagonia SJB-Sede Trelew. (<http://juicioalastransnacionales.org/>)

Pela defesa das sementes na Colômbia

O Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) expediu a Resolução 970, de março de 2010, que define os requisitos relacionados com a produção, comercialização e uso de sementes em todo o país. O ICA explica que o objetivo dessa norma é melhorar a qualidade e sanidade das sementes utilizadas no país mas, na verdade, o que busca é entregar o monopólio da produção e comercialização das sementes a um punhado de transnacionais sementeiras e biotecnológicas, e busca tirar das mãos de milhões de camponesas e camponeses (agricultoras e agricultores) o controle das sementes crioulas (nativas), que são a base de sua soberania alimentar.

Algumas organizações como o Grupo Semillas, a Campaña Semillas de Identidad, a Confluencia de Organizaciones por la Soberanía y Autonomía Alimentaria e o Colectivo de Abogados José Alvear, estamos trabalhando na elaboração de uma demanda judicial dessa norma. Queremos convidar vocês e suas organizações a participarem desse processo para construir essa demanda.

Já elaboramos uma matriz que nos ajude a identificar a regulamentação existente no país sobre sementes, identificando seu conteúdo e alcance e quem são os afetados por ela. Agora queremos identificar alguns casos onde essa norma já foi aplicada a agricultores. Na página do ICA encontra-se a seguinte informação:

O ICA alerta a agricultores sobre [o] uso de sementes *de costal* (19 de maio de 2011): Em 2010, o ICA efetuou 8 brigadas de controle na comercialização de sementes, nos departamentos de Tolima (3 brigadas), Huila, Casanare, Boyactá, Córdoba e Cesar.

Nessas brigadas foram visitados 35 municípios e 119 empresas. Das empresas visitadas, 21 apresentaram infrações à norma 970 de 2010, pelo que foram lacradas sementes comercializadas ilegalmente. Boyacá foi o departamento onde mais houve lacres de sementes.

No total, foram lacrados 1.167.225 kg de sementes, entre os quais estão arroz paddy seco e semente (1.030.560 kg), semente de batata (88.350 kg), semente de milho (36.698 kg), semente de trigo (9.360 kg), sementes de pastos (934 kg), semente de aveia (674 kg), semente de cevada (320 kg), semente de feijão (210 kg) e semente de fava (120 kg).
<http://www.ica.gov.co/Noticias/Agricola/2011/ICA-alerta-a-agricultores-sobre-uso-de-semillas-de.aspx>.

Recentemente, em Campoalegre, no Departamento de Hila, o ICA apreendeu 70 toneladas de semente de arroz de agricultores em pequena escala.

Para a demanda judicial que se está preparando, é muito importante que possamos identificar e documentar esses casos de confisco de sementes dos agricultores em diferentes regiões do país, para juntá-los como provas documentais e testemunhais; para isso é necessário que os agricultores ou as organizações aceitem trazer essas provas de perseguição, pressão e confisco de sementes.

Também gostaríamos de incluir casos que documentem projetos ou programas, governamentais ou privados, de ajuda ou fomento agrícola, e de acesso a créditos financeiros, onde se obrigue, mediante esses programas e créditos, o uso somente de sementes certificadas e registradas. Esses casos podem ser importantes no processo, porque mostram como os agricultores são direta ou indiretamente obrigados a usar sementes das empresas. (É necessário anexar os documentos de suporte desses programas e os contratos que foram assinados pelos agricultores).

“Agradecemos se puderem explorar e monitorar esses casos em suas regiões e nos ajudar a reunir essa informação, para juntá-la ao processo”, diziam os promotores dessa iniciativa em uma carta anterior, fixando a data de entrega desses documentos para 31 de agosto.

Em meados de setembro se concluiu uma minuta do texto da demanda e, no final desse mesmo mês, foi realizada uma reunião com as organizações participantes para se fazer ajustes.

O importante, nesse caso, é compartilhar com outras organizações do continente que, na Colômbia, já se iniciou algo tão temido como o confisco de sementes e que há grupos e organizações dispostos a batalhar em defesa das sementes nativas. Compartilhar também a necessidade de ingressar com demandas judiciais para frear esses tipos de ações, nocivas para o futuro da humanidade.

“O império da lei contra o império da justiça”

Em cinco anos, já são mais de 50 mil assassinatos na guerra suja do governo mexicano, incluídas todas as mulheres assassinadas, sem que haja reflexão a respeito ou qualquer punição. São mais de 20 mil os desaparecidos. Há mais de 12 milhões de migrantes mexicanos nos Estados Unidos. É descomunal a devastação ambiental por envenenamento, lixo, represas, privatização de água, desmatamento, crescimento urbano, monocultivos, agrotóxicos, criatórios industriais de animais e mineração. Os transgênicos avançam e a grilagem legal de terras cresce.

O território nacional está fragmentado e o medo se espalha, a desconfiança cresce. Há expulsões maciças de pessoas no campo e mudança do uso do solo na mira do revólver.

Segundo dados de Francisco López Bárcenas e Mayra Monserrat Eslava, as mineradoras têm 25 mil concessões, pouco mais de 51 milhões de hectares, cerca de 26% do território continental mexicano.

São meros indícios de uma situação insustentável que tem que mudar antes que o México se desintegre no abismo de violência sem sentido que “o império da lei” propõe.

Na guerra perpétua contra os povos que formam o México, o próprio Estado promove a impunidade para alguns, ou seja, condições de evadir-se das consequências de desrespeitar a lei. Menospreza, por trás de uma capa de “responsabilidade superior”, as exigências daqueles que sofrem as violações frequentes aos seus direitos mais elementares. Desmantela o aparato jurídico que antes protegia os bens ou âmbitos comuns. Freia os direitos coletivos – a base mais ampla de uma democracia real – de povos indígenas, de gênero, de camponeses, de trabalhadores, de educadores e de muitos outros. Tece uma legislação tão densa e intrincada que, na prática, a sociedade fica impedida de exercer a via processual. Promulga ou emenda a Constituição, as leis e regulamentos, obstaculizando diretamente a justiça. Criminaliza as

peças, comunidades e grupos que se opõem a políticas, programas ou megaprojetos. Submete-se cada vez mais a regras paralelas que deixam de lado o sistema jurídico mexicano em favor de matrizes diferentes que englobam práticas de governo – estatutos, regulamentos, critérios, normas padrão – derivadas dos tratados de livre comércio. O México é o país com mais tratados assinados no mundo. Desde 1996 a Corte Interamericana de Direitos Humanos qualifica esse atuar do Estado mexicano como “desvio de poder”.

Em 21 de outubro começou a funcionar no México o Tribunal Permanente dos Povos (continuidade do Tribunal Russell que interveio diante dos crimes de lesa humanidade dos Estados Unidos na guerra do Vietnã). O TPP foi quem tornou visível a brutal repressão maciça das ditaduras sulamericanas e a repressão francesa na Argélia nos anos 1970.

O TPP é independente de qualquer instituição, partido, ou nacionalidade no mundo. É uma instância autogestionária integrada por pessoas de reconhecida qualidade moral, que adquire legitimidade do processo social que lhe solicita sua intervenção. Trata-se de um processo coletivo que visa colocar a responsabilidade no centro de qualquer convivência humana. Nesse sentido, é um tribunal de consciência, um espaço de ética, um modo de repensar o pacto social e, como seu nome indica, ser tribunal o faz ser um corpo de opinião, mas também uma tribuna para que os ultrajados expressem, a partir de múltiplos recantos do país, suas lutas e suas próprias visões de futuro. Também provoca vinculação entre os ultrajados, entre as diferentes lutas de reivindicação.

Depois de anos de conversa entre vários grupos mexicanos e o Tribunal, este concordou em instaurar um processo de dois a três anos no México diante da contundente carga de evidências que lhe apresentaram.

O processo do TPP é uma oportunidade para repensar o direito no México (algo que só ocorreu na Convenção de 1914-1915 e nos Diálogos de San Andrés). Ninguém precisa invocar direitos quando a relação flui. Os direitos são reclamados quando algo está rompido. Isso significa questionar que o Estado arrogue para si a primazia do direito, emita leis em seu benefício, lesione os direitos dos povos com toda a violência incontrolada de uma guerra enganosa, promova o isolamento individual da população, solapando os direitos coletivos que impulsionam os povos a buscar seu próprio processo de redefinição e seu próprio destino.

Ao não poder apelar à lei para que os proteja ou os estimule, os povos invocam a autonomia nos fatos. A autonomia surge da perda de confiança em um sistema jurídico que nega e subjuga sistematicamente à maioria. O México é um dos poucos países do mundo onde nem sequer estão reconhecidos os direitos dos povos indígenas. O vulgar artigo 2º da Constituição, que com cinismo lhes reconhece unicamente como “sujeitos de interesse público”, ficará para a história como a maneira enganosa de negar o direito mínimo de serem “sujeitos de direito público” em prol de escamotear-lhes a existência e submetê-los ao seu clientelismo descarado. (RVH) (www.tppmexico.org)

✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠ ✠

Biodiversidade, sustento e culturas é publicada quatro vezes por ano (trimestral).

A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad
sitiobiodla@gmail.com

Assunto: suscripción revista

Por favor, enviem os seguintes dados: endereço de e-mail, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço: código de endereçamento postal (CEP), cidade e estado.

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte de nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, a diversidade cultural e o autogoverno, especialmente as comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afroamericanos, camponeses, pescadores e produtores em pequena escala.

Organizações coeditoras: Acción Ecológica - notransgenicos@accionecologica.org ; Acción por la Biodiversidad - agenciabiodla@gmail.com; Campaña de la Semilla de la Vía Campesina – Anamuri - internacional@anamuri.cl; Centro Ecológico - revbiodiversidade@centroecologico.org.br; GRAIN - carlos@grain.org; Grupo ETC - etcmexico@etcgroup.org; Grupo Semillas - semillas@semillas.org.co; Red de Coordinación en Biodiversidad - rcbcostarica@gmail.com; REDES-AT Uruguay - biodiv@redes.org.uy; Sobrevivencia - biodiversi@sobrevivencia.org.py

Comité Editorial: Carlos Vicente, Argentina; Ma. Eugenia Jeria, Argentina; Maria José Guazzelli, Brasil; Germán Vélez, Colômbia; Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica; Henry Picado, Costa Rica; Camila Montecinos, Chile; Francisca Rodríguez, Chile; Elizabeth Bravo, Equador; Ma. Fernanda Vallejo, Equador; Silvia Ribeiro, México; Verónica Villa, México; Magda Lanuza, Nicarágua; David Cardozo, Paraguai; Norma Giménez, Paraguai; Martin Drago, Uruguai. **Administração:** Lucía Vicente - sitiobiodla@gmail.com. **Edição:** Ramón Vera Herrera - constelacion@laneta.apc.org; ramon@grain.org